

# **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS**

**Texto original de 12 de junho de 2006 com as alterações adotadas pelas Emendas a Lei Orgânica de nº 001, de 2006, a 10, de 2018.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEDRAS ALTAS – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Constituição Federal do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte revisão da Lei Orgânica do Município:

## **TÍTULO I**

### **DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Município de Pedras Altas criado pela Lei Estadual nº 10.760, de 16 de abril de 1996, com nova redação dada aos artigos 1º, 2º e 3º pela Lei Estadual nº 11.376, de 28 de setembro de 1999, e, instalado em 1º de janeiro de 2001, é parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, organize-se, autonomamente, regendo-se por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na do estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmoniosos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º. É vedado a delegação de atribuição entre os poderes.

§ 2º. O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 3º É mantido o atual território do Município, cujos limites só poderão ser alterados nos termos da Legislação Estadual.

Art. 4º Os símbolos do Município serão estabelecidos em lei.

Art. 5º A autonomia do Município se expressa:

I – pela eleição direta dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.

II – pela administração própria no que respeite ao interesse local.

III – pela adoção de legislação própria.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA COMPETÊNCIA**

Art. 6º A competência legislativa e administrativa do Município, estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, será exercida na forma disciplinada nas leis e regulamentos municipais.

Art. 7º A prestação de serviços públicos se dará pela administração direta, indireta, por delegações, convênios e consórcios.

Art. 8º Os tributos municipais assegurados na Constituição Federal serão instituídos por leis municipais.

~~Art. 9º. Ao Município compete privativamente:~~

~~I—suplementar a legislação federal e estadual no que couber;—~~

~~II—elaborar o orçamento anual e plurianual, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;~~

~~III—instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízos da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes, nos prazos fixados em lei;~~

~~IV—organizar e prestar prioritariamente, por administração direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, bem como serviços de táxi que têm caráter essencial;~~

~~V—organizar o quadro e estabelecer o Regime Jurídico Único de seus servidores;~~

~~VI—administrar seus bens, adquirir-los e aliená-los, aceitar doações, legados, heranças e dispor de sua aplicação;~~

~~VII—desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei;~~

~~VIII—elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamento, de zoneamento, bem como diretrizes urbanísticas convenientes à ocupação e ordenação de seu território;~~

~~IX—estabelecer normas e controle de ruídos, da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas;~~

~~X—participar de entidades que congreguem outros municípios integrados a mesma região, na forma estabelecida em lei;~~

~~XI—regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, dos perímetros urbano;~~

~~XII—licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, e cassar os alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança e aos bons costumes;~~

~~XIII—fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e outros;~~

~~XIV—legislar sobre o serviço funerário e cemitério, fiscalizando os que pertencem a entidades particulares;~~

~~XV—prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituições especializadas, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;~~

~~XVI—interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridades e fazer demolição de construções que ameacem a segurança coletiva;~~

~~XVII—sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;~~

~~XVIII—fiscalizar e julgar as infrações de trânsito de sua competência;~~

~~XIX—promover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;~~

~~XX—regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda em locais sujeitos ao poder de polícia municipal;~~

~~XXI—legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz, energia elétrica a todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;~~

~~XXII—legislar sobre apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis de demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;~~

~~XXIII—estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;~~

~~XXIV—proibir qualquer tipo de construção clandestina em áreas delimitadas como de interesse público;~~

~~XXV—o Município tem direito à participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fim de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais do seu território;~~

~~XXVI—competem ao Município, através de lei, disciplinar os serviços de carga e descarga, fixar a tonagem e a velocidade máxima permitida a veículos que circulem em suas vias públicas municipais.~~

Art. 9º Ao Município compete privativamente:([Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016](#))

I – legislar sobre assuntos de interesse local;([Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016](#))

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber; ([Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016](#))

III – elaborar o orçamento anual, as diretrizes orçamentárias e o plurianual, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;([Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016](#))

IV – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízos da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes, nos prazos fixados em lei;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

V – organizar e prestar prioritariamente, por administração direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, bem como serviços de taxi e demais formas de transporte público individual;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VI – organizar o quadro de cargos, suas atribuições e remunerações, e estabelecer o Regime Jurídico Único de seus servidores;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VII – administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados, heranças e dispor de sua aplicação;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VIII – desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IX - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamento, de zoneamento, bem como diretrizes urbanísticas convenientes: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

a) à ocupação e ordenação de seu território;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

b) à acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência ou de pessoas com mobilidade reduzida;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

c) às ciclovias e demais alternativas de transporte público.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

X – estabelecer normas e controle de ruídos, da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XI – participar de entidades que congreguem outros municípios integrados a mesma região, na forma estabelecida em lei;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XII – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, do perímetros urbano;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XIII – licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, cassar os alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança e aos bons costumes;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XIV – fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e outros;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XV – legislar sobre o serviço funerário e cemitério, fiscalizando os que pertencem a entidades particulares;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XVI – realizar ações e prestar serviços públicos de saúde que visem à redução de risco de doença e atendam emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios

serviços ou mediante parcerias com instituições especializadas, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVII – interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridades e fazer demolição de construções que ameacem a segurança coletiva;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVIII – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XIX – fiscalizar e julgar as infrações de trânsito de sua competência;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XX – promover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXI – regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda em locais sujeitos ao poder de polícia municipal;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXII – legislar sobre serviços públicos e regulamentar processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz, energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXIII – legislar sobre apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis de demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXIV – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXV – proibir qualquer tipo de construção clandestina em áreas delimitadas como de interesse público;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVI – o Município tem direito à participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fim de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais do seu território;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVII – compete ao Município, através de lei, disciplinar os serviços de carga e descarga, fixar a tonelagem e a velocidade máxima permitida a veículos que circulem em suas vias públicas municipais;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVIII – fornecer e gerir a educação infantil e o ensino fundamental visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXIX – prestar assistência social a quem dela necessitar, visando;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

b) o amparo às crianças e adolescentes carentes;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXX – desenvolver ações e atividades que fomentem a cultura e a tradição, visando, quanto aos bens culturais:(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

a) a sua defesa e valorização; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

b) a sua difusão;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

c) a sua democratização de acesso;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

d) valorização da diversidade étnica e local;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXXI – desenvolver planos de integração e ações que fomentem a prática desportiva formal e não-formal;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXXII – desenvolver ações de proteção e de preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, inclusive junto às escolas e demais meios de formação de cultura; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXXIII – promover programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXXIV – Criar programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

~~Art. 10º. O município pode celebrar convênios com a União, o Estado e municípios, mediante autorização da Câmara Municipal, para a execução de suas leis, serviços e decisões, bem como para executar encargos análogos dessas esferas.~~

~~§ 1º. Os convênios podem visar à realização de obras ou à exploração de serviços públicos de interesse comum.~~

~~§ 2º. Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros municípios da mesma comunidade sócio-econômica, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos serem aprovados por leis dos municípios que dele participem.~~

~~§ 3º. É permitido delegar entre o Estado e o Município, também por convênio, os serviços de competência concorrente, assegurado os recursos necessários.~~

Art. 10. O Município, para o atendimento de suas competências constitucionais, em especial as descritas no art. 9º desta Lei Orgânica, poderá realizar convênio com órgãos públicos e termo de parceria com organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para execução de interesse público recíproco. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

Art. 11. É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, o exercício de zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público, como:

I – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

II – promover a proteção ao meio ambiente local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

III – promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir, em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso ao transporte;

IV – promover a educação, a cultura, assistência social e o respeito aos direitos humanos;

V – zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência pública;

VI – estimular o melhor aproveitamento da terra, bem como as defesas contra as formas de exaustão do solo;

VII – abrir e conservar estrada e caminhos e determinar a execução de serviços públicos;

VIII – promover a defesa sanitária vegetal e animal, a extinção de insetos e animais daninhos previstos em lei;

IX – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

X – amparar a maternidade, a infância e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços no âmbito do Município;

XI – proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual;

XII – estimular a educação e prática desportiva;

XIII – tomar medidas necessárias para restringir a mortalidade e a morbidez infantil, bem como medidas que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

XIV – incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;

XV – fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte dos gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento público;

XVI – regulamentar e exercer outras atribuições não vedadas pela Constituição Federal e Estadual;

XVII – fomentar e incentivar as atividades na agro-pecuária em todas as suas formas, especialmente os de pequeno porte;

XVIII – dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;

XIX – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

Art. 12. Compete ao Município suplementar, criar e organizar a guarda Municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Art. 13. Ao Município é vedado:

I – permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de auto-falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda político-partidário ou fins estranhos à administração;

II – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embargar-lhe o exercício ou manter com eles ou seus representantes relação de dependência ou licença;

III – contrair empréstimo sem prévia autorização legislativa;

IV – instituir ou aumentar tributos sem que lei estabeleça.

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO PODER LEGISLATIVO**

###### **SEÇÃO I**

###### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14. O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal.

Art. 15. O número de Vereadores que compõem a Câmara Municipal será de nove.

Art. 16. Os Vereadores prestarão compromisso, tomarão posse e deverão fazer declaração de seus bens, que deverá constar em ata, no dia primeiro de janeiro do primeiro ano de cada legislatura.

~~Art. 17. A Câmara Municipal de reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 15 de fevereiro de cada ano para abertura do período legislativo, funcionando ordinariamente até 15 de dezembro.~~



~~Art. 17. A Câmara Municipal de Vereadores reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 15 de fevereiro de cada ano para abertura do período legislativo, funcionando ordinariamente até 21 de dezembro. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 002/2006)~~

~~§ 1º. Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa;~~

~~§ 2º. Nos demais meses, a Câmara de Vereadores ficará em recesso.~~

~~§ 3º. Durante o período legislativo ordinário, a Câmara realizará, no mínimo, uma sessão por semana.~~

Art. 17. A Câmara Municipal reunir-se-á, independentemente de convocação, em 01 de fevereiro de cada ano, funcionando ordinariamente até 21 de dezembro. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 1º. O dia e a hora da sessão plenária ordinária semanal serão definidos no Regimento Interno da Câmara. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º. Cada Legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão Legislativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º. Nos demais meses, a Câmara de Vereadores ficará em recesso; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 4º. Durante o período legislativo ordinário, a Câmara realizará, no mínimo, uma sessão por semana, até o máximo de quatro sessões ordinárias mensais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

~~Art. 18. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincidirá com a do mandato dos Vereadores, a Câmara de Vereadores reunir-se-á no dia 1º de janeiro para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, bem como para eleger sua Mesa, a Comissão Representativa e as Comissões Permanentes, entrando, após, em recesso.~~

~~§ 1º. Em cada dois anos, a eleição da Mesa, se for o caso, e da Comissão Representativa, se dará na última sessão legislativa, com a posse imediata dos eleitos.~~

~~§ 2º. Na composição da Mesa da Câmara de Vereadores e das Comissões será assegurada, tanto quanto possível o critério de representação pluripartidária e de proporcionalidade.~~

Art. 18. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara reúne-se no dia 1º de janeiro, às 18:00 horas, para dar posse aos Vereadores, Prefeito e ao Vice-Prefeito, bem como eleger sua Mesa, e definir a composição da Comissão representativa e das Comissões Permanentes, entrando após, em recesso. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 1º. No término da segunda sessão legislativa anual será eleita a mesa diretora para o biênio subsequente, observada as regras definidas no Regimento Interno da Câmara. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 2º. Em cada dois anos, a eleição da Mesa, se for o caso, e da Comissão representativa, se dará na última sessão legislativa ordinária, se dando a transmissão de cargo no primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 19. O mandato da Mesa da Câmara de vereadores será de dois anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

~~Art. 20. A convocação da Câmara de Vereadores para a realização de Sessões Extraordinárias caberá ao Presidente e à maioria dos seus membros.~~

~~§ 1º. O Prefeito Municipal e a Comissão Representativa apenas poderão convocar a Câmara de Vereadores para reuniões extraordinárias no período de recesso.~~

~~§ 2º. No período de funcionamento normal da Câmara de Vereadores é facultado ao Prefeito solicitar ao Presidente do Poder Legislativo Municipal a convocação dos Vereadores para sessões extraordinárias em caso de relevante interesse público.~~

~~§ 3º. Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre matéria objeto da convocação.~~

~~§ 4º. Para as reuniões e sessões extraordinárias, a convocação dos Vereadores deverá ser pessoal e expressa.~~

~~§ 5º. Na sessão Legislativa, extraordinária convocada pelo Prefeito Municipal, o vereador receberá a parcela indenizatória proporcional ao número de sessões presentes, sendo vedado o pagamento de parcelas indenizatórias em valor superior ao do subsídio mensal;~~

~~§ 6º. O Prefeito Municipal pagará a parcela indenizatória correspondente as sessões extraordinárias por ele convocadas.~~

~~Art. 20. A convocação extraordinária da Câmara de Vereadores far-se-á pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara de Vereadores ou a requerimento da maioria dos membros da Câmara, em todas as hipóteses sendo necessária a aprovação da maioria absoluta da Câmara de Vereadores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/2006)~~

~~§ 1º. A Câmara de Vereadores só poderá ser convocada para reuniões extraordinárias no período de recesso. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/2006)~~

~~§ 2º. No período de funcionamento normal da Câmara de Vereadores é facultado ao Prefeito solicitar ao Presidente do Poder Legislativo Municipal a convocação dos Vereadores para sessões extraordinárias em caso de relevante interesse público. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/2006)~~

~~§ 3º. Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória. Em razão da convocação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/2006)~~

~~§ 4º. Para as reuniões e sessões extraordinárias, a convocação dos vereadores deverá ser pessoal e expressa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/2006)~~

Art. 20. A convocação de sessão legislativa extraordinária da Câmara, durante o recesso parlamentar, nos termos previstos no seu Regimento Interno, caberá: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I - ao Presidente; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – a um terço de seus membros; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

III - à Comissão Representativa;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IV - ao Prefeito.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º Nas sessões legislativas extraordinárias a Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria da convocação.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º A sessão legislativa extraordinária, bem como suas sessões plenárias, deverá ser convocada, por escrito, com 48 horas de antecedência.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º. No período de funcionamento normal da Câmara de Vereadores é facultado ao Prefeito solicitar ao Presidente do Poder Legislativo Municipal a convocação dos Vereadores para sessões extraordinárias em caso de relevante interesse público.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

~~Art. 21. Salvo disposição constitucional em contrário, o quórum para as deliberações da Câmara de Vereadores é o da maioria simples, presentes, no mínimo, a maioria absoluta dos Vereadores.~~

Art. 21. A Câmara Municipal deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica e no regimento Interno.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Parágrafo Único - Quando se tratar de deliberação de proposta de emenda à lei orgânica municipal e de julgamento das contas de governo do prefeito, nos termos previstos no art. 31 da Constituição Federal, a Câmara deliberará com a presença de dois terços de seus membros.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

~~Art. 22. O Presidente da Câmara votará somente quando houver empate ou em escrutínio secreto.~~

Art. 22. O Presidente da Câmara votará:(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º – para desempatar, em matérias que exijam a maioria de votos dos vereadores presentes na sessão plenária;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º – quando se tratar de matéria que exija aprovação pelo voto de dois terços de vereadores;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º – para eleição da mesa diretora.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

~~Art. 23. As sessões da Câmara serão públicas e o voto será aberto, salvo nos casos de votação secreta previstos nesta Lei Orgânica.~~

Art. 23. As sessões plenárias e reuniões de comissão serão públicas e as deliberações da Câmara serão por votação aberta.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 24. As contas do Município, referentes à gestão financeira de cada exercício, serão encaminhadas, simultaneamente, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 31 de março do ano seguinte.

~~Parágrafo Único — As contas do Município ficarão à disposição de qualquer contribuinte, a partir da data da remessa da mesma à Câmara de Vereadores, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para exame e apreciação, podendo ser questionada a legitimidade de qualquer despesa. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).~~

~~Art. 25. Anualmente, dentro de 60 (sessenta) dias, contados do início do período legislativo, a Câmara receberá o Prefeito em sessão especial, que informará, através de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais.~~

~~Parágrafo único — Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público ou da administração, a Câmara o receberá em sessão previamente designada.~~

Art. 25. As contas de governo do prefeito serão anualmente prestadas e julgadas pela Câmara Municipal, em atendimento ao que prevê o art. 31 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º O regimento interno da Câmara determinará as regras para o julgamento das contas de que trata este artigo, assegurando, ao ordenador de despesas responsável pelas contas, o direito do contraditório e da ampla defesa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º Durante o julgamento, as contas ficarão disponíveis para consulta pública, na Câmara Municipal, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º O julgamento das contas de governo deliberará o respectivo parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, que só deixará de prevalecer pelo voto de dois terços de vereadores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

~~Art. 26. A Câmara de Vereadores ou suas Comissões, a requerimento da maioria de seus membros, poderá convocar Secretários Municipais, titulares de autarquias ou das instituições autônomas de que o Município participe, para comparecerem perante elas, a fim de prestar informações sobre assuntos previamente designado e constante da convocação, num prazo de 10 dias úteis.~~

~~Parágrafo Único — Independentemente da convocação, as autoridades referidas no presente artigo, se desejarem, poderão prestar esclarecimentos à Câmara de Vereadores ou a Comissão Representativa, solicitando que lhe seja designado dia e hora para a audiência requerida.~~

Art. 26. A Câmara Municipal, no exercício de sua função fiscalizadora e de controle externo do Poder Executivo, poderá: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

I – formular pedido de informação ao Prefeito sobre fato determinado relacionado com a administração pública municipal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

II – convocar, por suas comissões, convocação de secretário municipal ou de autoridade vinculada ao Prefeito, para pessoalmente prestar esclarecimento sobre fato determinado e previamente indicado; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

III – sustar atos do Poder Executivo que exorbitem os limites da delegação legislativa ou do poder regulamentar; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

IV – criar comissão parlamentar e inquérito. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 1º O pedido de informação referido no § 1º deste artigo deverá ser respondido pelo Prefeito à Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, sendo vedada a sua negativa ou a prestação de informação falsa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 2º O regimento Interno da Câmara disporá sobre a tramitação e deliberação dos instrumentos de fiscalização parlamentar previstos nos incisos deste artigo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 3º Independente da convocação, as autoridades referidas no presente artigo, se desejarem, poderão prestar esclarecimentos à Câmara de Vereadores ou a Comissão Representativa, solicitando que lhe seja designado dia e hora para a audiência requerida. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

Art. 27. A Câmara poderá criar Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, nos termos do Regimento Interno, a requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

## **SEÇÃO II**

### **DOS VEREADORES**

Art. 28. Os Vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer, no Município, cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior, ressalvada a hipótese de nomeação por aprovação em concurso público.

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretores de empresas que goze de favor decorrentes de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 29. Extingue-se o mandato do vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, nos casos de:

I – renúncia escrita;

II – falecimento.

§ 1º. Comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, imediatamente, convocará o suplente respectivo e, na primeira sessão seguinte, comunicará a extinção ao plenário, fazendo constar em ata.

§ 2º. Se o Presidente da Câmara omitir-se de tomar as providências do parágrafo anterior, o suplente de Vereador a ser convocado poderá requerer a sua posse, ficando o Presidente da Câmara responsável, pessoalmente, pela remuneração do suplente pelo tempo que mediar entre a extinção e a efetiva posse.

~~Art. 30. Perderá o mandato o Vereador que:~~

~~I – Incidir nas vedações previstas no art. 28;~~

~~II – utilizar-se do mandato para pratica de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições;~~

~~III – proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta política;~~

~~IV – deixar de comparecer, em cada período legislativo, sem motivo justificado e aceito pela Câmara, à terça parte das sessões ordinárias ou a cinco sessões extraordinárias;~~

~~V – que perder ou tiver suspensos os direito políticos;~~

~~VI – que sofrer condenação criminal transitada em julgado;~~

~~VII – quando o decretar a Justiça Eleitoral;~~

~~§ 1º. Não perde o mandato de Vereador:~~

~~I – investido no cargo de Secretário Municipal, Secretário de Estado ou Ministro de Estado;~~

~~II – licenciado por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular;~~

~~§ 2º. Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.~~

Art.30. Perderá o mandato o Vereador que: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

I – incidir nas vedações previstas nas Constituições Federal e Estadual, nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

II – utilizar-se do mandato para pratica de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórias às instituições; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

III – proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

~~IV — deixar de comparecer, sem a devida justificativa, à uma sessão ordinária ou três extraordinárias em cada período legislativo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).~~

IV – deixar de comparecer, sem a devida justificativa, à três sessões ordinárias consecutivas, cinco sessões durante o ano ou três extraordinárias em cada período legislativo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 09/2017).

V – na forma da lei, em sentença judicial, perder as condições legais para o exercício do cargo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 1º Os casos incompatíveis com o decoro parlamentar serão definidos no Código de Ética Parlamentar. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto e maioria absoluta de Vereadores, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, sendo-lhe assegurado ampla defesa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

Art. 31. O processo de cassação do mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 28 e legislação federal, assegurada defesa plena ao acusado.

§ 1º. A perda do mandato, no caso dos incisos I, II e III do art. 30, será decidida pela Câmara de Vereadores por voto secreto e maioria absoluta mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara assegurada ampla defesa.

§ 2º. Nos casos previstos nos incisos IV e VI, perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara.

~~Art. 32. Os Vereadores perceberão subsídios fixados pela Câmara de Vereadores numa legislatura para vigorar por toda legislatura seguinte, observada as regras pertinentes a Constituição Federal, sendo esta fixada 30 dias antes do pleito de cada legislatura, sendo os mesmos reajustados na mesma data e proporção da revisão geral dos servidores municipais.~~

~~Parágrafo Único — Se à remuneração não for fixada no prazo estipulado neste artigo, o valor da mesma corresponderá à sistemática de cálculos vigentes na legislatura anterior, com as devidas correções de valores pelos índices oficiais de correção.~~

Art. 32. A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, será fixada por lei, sob a forma de subsídio, até trinta dias antes das eleições municipais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

Parágrafo único. Os subsídios de que trata este artigo serão revisados na mesma data e no mesmo índice aplicado aos servidores municipais pela revisão geral anual. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

Art. 33. O Presidente da Câmara de Vereadores fará jus à verba de representação, fixada juntamente com a remuneração dos Vereadores.

~~Art. 34. Sempre que o vereador, por deliberação do plenário, for incumbido de representar a Câmara de Vereadores fora do território do Município, fará jus à diária fixada por Decreto Legislativo.~~



Art. 34. O Vereador, quando em representação da Câmara ou em atendimento a missão relacionado ao exercício do mandato, fará jus a diária regulamentada e fixada em Resolução. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

Art. 35. Ao servidor público eleito vereador, aplica-se o disposto no art. 38, III da Constituição Federal.

Art. 36. Os Vereadores eleitos na forma da lei, gozam de garantias que as mesmas lhe assegurem, pelas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato, na circunscrição do Município.

Parágrafo Único – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as provas que se lhe confiarem ou deles receberem informações.

### SEÇÃO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES

~~Art. 37. Cabe a Câmara, legislar sobre assuntos de interesse local, observada as determinações e a hierarquia constitucional suplementar, a legislação federal e estadual, bem como fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta ou indireta, inclusive as empresas em que o Município detenha a maioria de capital social com direito de voto.~~

~~Parágrafo Único – Em defesa do bem comum, a Câmara se pronunciará sobre qualquer assunto de interesse público.~~

Art. 37. Cabe à Câmara Municipal, na condição de Poder Legislativo: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

I - legislar, mediante o devido processo legislativo, de forma transparente e participativa, sobre assuntos de interesse local ou que devam ser suplementados por lei local; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

II – fiscalizar e realizar o controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, das contas do governo municipal, de suas ações e de sua efetividade social; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

III – julgar as contas de governo da administração pública municipal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

IV – definir as políticas públicas a serem implementadas pelo Poder Executivo, por meio do processamento legislativo das leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e das leis que modifiquem essas normas, observado o princípio da participação popular; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

V – intermediar a solução de problemas demandados pela sociedade, tanto da cidade como do campo; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

VI – administrar-se institucionalmente, mediante o planejamento de suas ações e ordenação autônoma de suas despesas, observados os limites constitucionais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).



Art. 38. Compete à Câmara de Vereadores, com a sanção do Prefeito Municipal, entre outras atribuições, dispor sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituição Federal e Estadual e por esta Lei Orgânica, especialmente sobre:

- I – tributos de competência municipal;
- II – abertura de créditos adicionais;
- III – criação, alteração e extinção de cargos, funções ou empregos do Município;
- IV – criação de conselhos de cooperação administrativa municipal;
- V – fixação ou alteração dos vencimentos e outras vantagens pecuniárias dos servidores municipais;
- VI – alienação e aquisição de bens imóveis;
- VII – concessão e permissão dos serviços municipais;
- VIII – concessão e permissão de uso de bens municipais;
- IX – divisão territorial do Município, observada a legislação estadual;
- X – criação, alteração e extinção dos órgãos públicos municipais;
- XI – contratação de empréstimo e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- XII – transferência temporária da sede do Município, quando o interesse público exigir;
- XIII – anistia de tributos, cancelamento, suspensão de cobrança e relevação de ônus sobre a dívida ativa do Município;
- XIV – plano plurianual, diretrizes orçamentária e orçamento anual;
- XV – plano de auxílio e subvenções anuais.

~~Art. 39. É de competência exclusiva da Câmara de Vereadores:~~

- ~~I – eleger sua Mesa, sua Comissões, elaborar seu Regimento Interno e dispor sobre a organização da Câmara;~~
- ~~II – através de resolução, criar, alterar e extinguir os cargos e funções de seu quadro servidores, dispor sobre provimento dos mesmos;~~
- ~~III – iniciativa de lei para fixação da remuneração dos seus servidores;~~
- ~~IV – emendar a Lei Orgânica;~~
- ~~V – representar, pela maioria de 2/3 de seus membros, para efeito de intervenção no Município;~~

~~VI — exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município na forma prevista em lei;~~

~~VII — fixar a remuneração de seus membros;~~

~~VIII — iniciativa de lei para fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;~~

~~IX — autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se afastarem do Município por mais de 15 (quinze) dias;~~

~~X — convocar os Secretários, titulares de autarquias e das instituições autônomas de que participe o município, para prestarem informações;~~

~~XI — solicitar informações, por escrito, ao Prefeito Municipal sobre projetos de lei em tramitação;~~

~~XII — dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito, decidir sobre a perda de seus mandatos e dos Vereadores, nos casos previstos na Lei Orgânica;~~

~~XIII — conceder licença ao Prefeito e Vice-Prefeito, para se afastarem dos cargos;~~

~~XIV — criar Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fato determinado;~~

~~XV — propor ao Prefeito a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;~~

~~XVI — fixar o número de Vereadores nos termos da Constituição Federal.~~

~~Parágrafo Único — A solicitação das informações ao Prefeito deverá ser encaminhada pelo Presidente da Câmara após aprovação do pedido pela maioria simples.~~

Art. 39. É de competência exclusiva da Câmara Municipal: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

I – eleger sua Mesa, compor suas Comissões, elaborar seu Regimento Interno e dispor sobre a organização da Câmara; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

II – criar, alterar e extinguir os cargos e funções de seu quadro de servidores, dispor sobre o provimento dos mesmos, bem como fixar e alterar seus vencimentos e outras vantagens pecuniárias, através de resoluções; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

III – emendar a Lei Orgânica; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

IV – representar, pela maioria de dois terços de seus membros, para efeito de intervenção no Município; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

V – fiscalizar convênios, contratos e termos de parcerias de interesse público integrados pelo município; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

VI – exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e julgar, anualmente, as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#).

VII – sustar atos do Poder Executivo que exorbitem de sua competência ou se mostrem contrárias aos interesses públicos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

VIII – fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

IX – mudar temporariamente ou definitivamente sua sede; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

X – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação e transformação de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observando os parâmetros legais, especialmente a Lei de Diretrizes; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XI – dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, homologar suas renúncias ou afasta-los definitivamente de seus cargos, nos limites da delegação legislativa, nos casos previstos em lei. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XII – autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se afastarem do Município por mais de 10 dias; do Estado e do País por qualquer tempo; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XIII – solicitar informações, por escrito, às repartições estaduais sediadas no Município, em conformidade com o artigo 12 da Constituição Estadual, ao Tribunal de Contas do estado, nos limites traçados no artigo 71, VII da Constituição Federal e ao Prefeito Municipal sobre projetos de lei em tramitação na Câmara de Vereadores e sobre atos, contratos, convênios e consórcios, no que diz respeito à receita e despesa pública; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XIV – deliberar sobre assuntos de sua economia interna e competência privativa; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XV – conceder licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XVI – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XVII – fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XVIII – autorizar referendo e convocar plebiscito; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XIX – criar comissões especiais de inquérito; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

XX – autorizar a abertura de créditos suplementares ou especiais, com curso resultante da redução parcial ou total de rubricas orçamentárias da Câmara Municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

Parágrafo único. A solicitação das informações ao Prefeito deverá ser encaminhada pelo Presidente da Câmara, observada a devida tramitação definida no seu Regimento Interno. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016).

## **SEÇÃO IV**

### **DA COMISSÃO REPRESENTATIVA**

Art. 40. No período de recesso da Câmara de Vereadores funcionará uma Comissão Representativa, com as seguintes atribuições:

I – zelar pelas prerrogativas do poder Legislativo;

II – zelar pela observância das Constituições, desta Lei Orgânica e demais leis;

III – autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito nos casos exigidos a se ausentarem do Município;

IV – convocar extraordinariamente a Câmara de Vereadores;

V – tomar medidas urgentes de competência da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único – As normas relativas ao desempenho das atribuições da Comissão representativa serão estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 41. A Comissão representativa, constituída por número ímpar de Vereadores, será composta, obedecendo quando possível, a representação partidária.

§ 1º. A Presidência da Comissão Representativa caberá ao Presidente da Câmara, cuja substituição se fará na forma prevista no Regimento Interno.

§ 2º. O numero total de integrantes da comissão representativa deverá perfazer, no mínimo, um terço da totalidade dos Vereadores, observada, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária existente na Câmara.

§ 3º. Na última sessão ordinária de cada período legislativo, o Presidente da Câmara mandará publicar a escala dos membros componentes da Comissão Representativa, que responderão pelo expediente do Poder Legislativo durante o recesso seguinte.

Art. 42. A Comissão Representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

## **SEÇÃO V**

### **DAS COMISSÕES**

Art. 43. A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, conforme o estabelecido em seu Regimento Interno.

Parágrafo Único – Na constituição da Mesa e das Comissões é assegurada representação dos partidos, exceto se o número de Vereadores de alguns partidos ou desinteresse não viabilizar tal composição.

Art. 44. As Comissões Parlamentar de Inquérito terão poderes de investigação própria, para apurar fato determinado em prazo certo.

Parágrafo Único – Os membros das Comissões Parlamentar de Inquéritos, a que se refere este artigo, no interesse da investigação, poderão agir em conjunto ou isoladamente, conforme está estabelecido no regimento Interno.

~~Art. 45. As Comissões Permanentes serão em número de quatro:~~

~~I— Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamentos;~~

~~II— Comissão de Infra-Estrutura, Desenvolvimento e Agropecuária;~~

~~III— Comissão de Educação, Saúde e Ação Social;~~

~~IV— Comissão de Direitos Humanos.~~

~~Art. 45. As Comissões Permanentes serão em número de seis:~~(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

~~I— Comissão de Constituição e Justiça;~~(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

~~II— Comissão de Finanças e Orçamento;~~(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

~~III— Comissão de Educação, Cultura e Desporto;~~ (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

~~IV— Comissão de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente;~~(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

~~V— Comissão de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico; e~~(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

~~VI— Comissão de Direitos Humanos.~~ (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2007)

Art. 45. As Comissões Permanentes atuarão na instrução das matérias em tramitação na Câmara Municipal, observada a respectiva competência temática, tendo como referência, para seu funcionamento e atuação, o Regimento Interno. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

## SEÇÃO VI

### DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO

~~Art. 46. O processo legislativo compreende a elaboração de:~~

~~I— emenda à Lei Orgânica;~~

~~II— leis ordinárias;~~

~~III— decretos legislativos;~~

~~IV— resoluções.~~

Art. 46. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I – emenda à Lei Orgânica; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – leis complementares; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – leis ordinárias; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

III – decretos legislativos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IV – resoluções. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Parágrafo único. A consolidação das leis municipais será realizada de acordo com os parâmetros fixados na Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, com suas subseqüentes alterações. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 47. Serão objetos, ainda, de deliberação da Câmara de Vereadores, na forma do Regimento Interno:

I – autorizações;

II – indicações;

III – requerimentos;

IV – pedidos de informações.

~~Art. 48. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:~~

~~I — de Vereadores;~~

~~II — do Prefeito;~~

~~III — de eleitores do Município.~~

~~§ 1º. No caso do inciso I, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara de Vereadores.~~

~~§ 2º. No caso do inciso III, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por 5 (cinco) por cento dos eleitores do Município.~~

Art. 48. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de um terço de vereadores ou do prefeito. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Parágrafo único. A proposta de emenda à lei orgânica municipal observará, quanto à sua tramitação, o rito especial previsto no Regimento Interno da Câmara, considerando: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I - deliberação em duas sessões plenárias; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II - intervalo mínimo de dez dias; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

III - aprovação de dois terços dos vereadores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

~~Art. 49. Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em dois turnos com um interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada quando obtiver, em ambos os turnos, votos favoráveis de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara de Vereadores.~~(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 50. A emenda à Lei Orgânica será promulgada e publicada pela Mesa da Câmara de Vereadores, com o respectivo número de ordem.

Art. 51. A iniciativa das leis municipais, salvo os casos de competência exclusiva, caberá a qualquer Vereador, ao Prefeito e aos eleitores, neste caso, como forma de moção articulada e fundamentada, subscrita, no mínimo, por 5 (cinco) por cento do eleitor da cidade e do distrito.

Art. 52. São de iniciativa privativa do Prefeito, os projeto de lei que disponham sobre:

I – criação, alteração e extinção de cargo, função ou emprego de Poder executivo e autarquia do Município;

II – criação de novas vantagens, de qualquer espécie, aos servidores públicos do Poder Executivo;

III – aumento de vencimentos, remuneração ou de vantagens dos servidores públicos do Município;

IV – criação ou extinção de Secretarias e órgãos da administração pública, observando o disposto no artigo 64, inciso VI.

V – matéria tributária;

VI – plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

VII – servidor público municipal e seu regime jurídico.

Art. 53. Não será admitida emenda que aumente a despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 54. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa do Prefeito Municipal, este poderá solicitar a Câmara de Vereadores que aprecie no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do pedido.

§ 1º. Se a Câmara de Vereadores não se manifestar sobre o projeto no prazo estabelecido no caput deste artigo, será esse incluído na ordem do dia das sessões subsequentes, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos até que se ultime a votação.

§ 2º. O prazo deste artigo não correrá nos período de recesso da Câmara de Vereadores.

Art. 55. Os autores de projeto de lei em tramitação na Câmara de Vereadores, inclusive o Prefeito, poderão requerer a sua retirada antes de sua inclusão na Ordem do Dia.

Parágrafo Único – A partir do recebimento do pedido de retirada, ficará, automaticamente, suspensa a tramitação do projeto de lei.

Art. 56. A matéria constante do projeto de lei rejeitado, assim como a Emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

~~Art. 57. Concluída a votação, o projeto de lei enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.~~

~~§ 1º. Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis contados daquele que o receber, apresentando, por escrito, os motivos do veto ao Presidente da Câmara.~~

~~§ 2º. Os motivos do veto poderão ser oferecidos à Câmara de Vereadores até 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação do veto.~~

~~§ 3º. Encaminhando o veto à Câmara de Vereadores, será ele submetido, dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, com ou sem parecer, à apreciação única, considerando-se rejeitado o veto se, em votação secreta, obtiver o quorum da maioria absoluta dos Vereadores.~~

~~§ 4º. Rejeitado o veto, a decisão será comunicada, por escrito, ao Prefeito, dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes, com vista à promulgação.~~

~~§ 5º. O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, cabendo ao Prefeito, no prazo do veto, promulgar e publicar como lei os dispositivos não vetados.~~

~~§ 6º. O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o § 1º deste artigo, importa em sanção tácita.~~

~~§ 7º. Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo terceiro deste artigo, o veto será apreciado na forma do § 1º do artigo 54 desta Lei.~~

~~§ 8º. Não sendo a Lei promulgada pelo Prefeito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sanção tácita ou sua ciência da rejeição do veto, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo em igual prazo.~~

Art. 57. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito no segundo dia útil seguinte à aprovação que, aquiescendo, os sancionará. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017\)](#)

§ 1º Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados daquele em que o receber, comunicando, por escrito, os motivos do veto ao Presidente da Câmara de Vereadores, dentro de quarenta e oito horas. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017\)](#)



§ 2º Vetado o projeto e devolvido à Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento com ou sem parecer, em discussão única, considerando-se aprovado se, em votação aberta, obtiver voto favorável da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, cabendo ao Prefeito, promulgar e publicar como lei, nos termos do § 6º deste artigo, os dispositivos não vetados. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

§ 4º O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgá-lo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo de que trata o parágrafo segundo, objeto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até votação final. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

§ 6º Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara promulgará em igual prazo, com encaminhamento do projeto ao Prefeito, para publicação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

~~Art. 58. Nos casos do artigo 46, III e IV desta Lei Orgânica, coma votação da redação final, considerar-se á encerrada a elaboração do Decreto Legislativo e da Resolução, cabendo ao Presidente da Câmara a promulgação e a publicação.~~

~~Art. 58. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito no segundo dia útil seguinte à aprovação que, aquiescendo, os sancionará. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 1º Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá lo á, total o parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados daquele em que o receber, comunicando, por escrito, os motivos do veto ao Presidente da Câmara de Vereadores, dentro de quarenta e oito horas. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 2º Vetado o projeto e devolvido à Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento com ou sem parecer, em discussão única, considerando-se aprovado se, em votação aberta, obtiver voto favorável da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, cabendo ao Prefeito, promulgar e publicar como lei, nos termos do § 6º deste artigo, os dispositivos não vetados. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 4º O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgá lo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo de que trata o parágrafo segundo, objeto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até votação~~

~~final. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

~~§ 6º Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara promulgará em igual prazo, com encaminhamento do projeto ao Prefeito, para publicação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)

Art. 58. São leis complementares as que tratem das seguintes matérias: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I - ordenamento, uso e ocupação do solo; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – posturas públicas; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

III - tributos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IV - plano diretor e mobilidade urbana; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

V – meio-ambiente; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VI - estatuto do funcionário público; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º Os projetos de lei complementar referentes neste artigo, após a ampla divulgação de seu conteúdo e de sua justificativa, inclusive por meios eletrônicos, com a instrução prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal, serão aprovados pela maioria absoluta dos votos dos vereadores, não se admitindo regime de urgência. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º Durante a instrução dos projetos de lei complementar referidos neste artigo a Câmara Municipal abrirá consulta pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para exame e recebimento de sugestões pela comunidade. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

## **CAPÍTULO II**

### **DO PODER EXECUTIVO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO**

Art. 59. O Poder executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários.

~~Art. 60. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para mandato de 4 (quatro) anos na forma disposta na legislação eleitoral.~~

Art. 60. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito para um período subsequente. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Parágrafo único. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito será realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

~~Art. 61. O Prefeito e o Vice Prefeito tomarão posse na sessão solene de instalação da Câmara, após a posse dos Vereadores, e prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição e as leis e administrar o Município, visando o bem-geral dos munícipes.~~

~~Parágrafo Único— Se o Prefeito e o Vice Prefeito não tomarem posse no prazo de 10 (dez) dias contados da data fixada, o cargo será declarado vago pela Câmara de vereadores, salvo motivo justo e comprovado.~~

~~§ 1º. Caso a Câmara não se reunir para a posse, o Prefeito e o Vice Prefeito serão empossados perante o Juiz Eleitoral.~~

~~§ 2º. O Prefeito, no ato da posse, prestará o seguinte compromisso “**PROMETO CUMPRIR, MANTER E DEFENDER AS CONSTITUIÇÕES, A LEI ORGÂNICA E AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB AS INSPIRAÇÕES DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA**”.~~

~~§ 3º. O Prefeito Municipal perceberá subsídios fixados por lei da Câmara Municipal, no último ano da legislatura, para vigência na legislação seguinte.~~

~~§ 4º. Os subsídios do Vice Prefeito serão fixados na mesma data e forma e não poderá ser superior a sessenta (60%) por cento dos subsídios do Prefeito Municipal.~~

~~I— se a Câmara Municipal não fixar a remuneração do Prefeito e do Vice Prefeito nos termos deste artigo, valerão os mesmos subsídios da legislatura anterior, corrigidos pelo índice oficial de Governo Federal, correspondente aos doze meses do exercício anterior.~~

~~II— o Prefeito poderá obter licença, sem prejuízo dos subsídios por motivo de doença efetivamente comprovada.~~

~~III— o Prefeito gozará de férias anuais de trinta dias sem prejuízo do subsídio, devendo fazer comunicação a Câmara Municipal do período em que vai gozá-las.~~

Art. 61. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão de instalação da Câmara Municipal, após a posse dos Vereadores e prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, Estadual, esta Lei Orgânica e demais leis do País. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017\)](#)

§ 1º O Prefeito, no ato da posse, prestará o seguinte compromisso “PROMETO CUMPRIR, MANTER E DEFENDER AS CONSTITUIÇÕES, A LEI ORGÂNICA E AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB AS INSPIRAÇÕES DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA”. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017\)](#)

§ 2º Se o Prefeito e o Vice-Prefeito não tomarem posse decorridos 15 (quinze) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, o cargo será declarado vago. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017\)](#)

Art. 62. O Vice Prefeito substituirá o Prefeito quando o mesmo estiver licenciado, impedido ou gozo de férias regulamentares e suceder-lhe-á no caso de vaga.

~~§ 1º. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, caberá ao Presidente da Câmara assumir o Executivo.~~

~~§ 2º. Havendo impedimento também do Presidente da Câmara, caberá ao Prefeito designar servidor de sua confiança para responder pelo expediente da Prefeitura, não podendo este servidor praticar atos de governo.~~

~~§ 3º. Igual designação poderá ser feita quando o Prefeito se afastar do Município em período inferiores aos previstos no artigo 39, IX, desta Lei.~~

~~§ 4º. Considera-se impedimento para os efeitos deste artigo, os afastamentos que dependem de autorização da Câmara salvo para o goze de férias que deve, apenas, ser comunicada a Câmara.~~

~~Art. 62. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão de instalação da Câmara Municipal, após a posse dos Vereadores e prestarão compromisso de manter, defender, cumprir a Constituição Federal, Estadual, esta Lei Orgânica e demais leis do País. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 1º O Prefeito, no ato da posse, prestará o seguinte compromisso “PROMETO CUMPRIR, MANTER E DEFENDER AS CONSTITUIÇÕES, A LEI ORGÂNICA E AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB AS INSPIRAÇÕES DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA”. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~§ 2º Se o Prefeito e o Vice-Prefeito não tomarem posse decorridos 15 (quinze) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, o cargo será declarado vago. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2017)~~

~~Art. 62. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos ou ausências e suceder-lhe-á no caso de vaga. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~

~~§ 1º Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Executivo, o Presidente da Câmara Municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~

~~§ 2º Não sendo possível o exercício da chefia do Poder Executivo pelo Presidente da Câmara Municipal, o Prefeito deverá indicar um servidor do primeiro escalão de governo para exercer a chefia administrativa e funcional da administração pública local, sem representação política de Poder, com comunicação imediata à Câmara Municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~

~~Art. 63. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, realizar-se-á eleição para os cargos vagos no prazo de 90 (noventa) dias após a ocorrência da última vaga, sendo que os eleitos complementarão o mandato dos sucedidos.~~

~~Parágrafo Único—Ocorrendo a vacância de ambos os cargos após cumprir  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do mandato do Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores assumirá o cargo por todo período restante.~~

~~Art. 63. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-ão eleições 90 (noventa) dias depois da abertura da última vaga. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~

§ 1º Ocorrendo a vacância após cumpridos três quartos do mandato do Prefeito, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vacância pela Câmara Municipal de Vereadores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§2º Poderão concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito os vereadores indicados pelos respectivos representantes da Câmara. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º O Prefeito e o Vice-Prefeito receberão subsídios mensais, com valor fixado pela Câmara Municipal, mediante lei, em um mandato para o mandato subsequente, com atualização monetária anual, de acordo com o índice da revisão geral do servidor público. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

## SEÇÃO II

### DAS ATRIBUIÇÃO DO PREFEITO

Art. 64. ~~Compete privativamente ao Prefeito:~~

~~I— representar o Município em juízo e fora dele;~~

~~II— nomear e exonerar os titulares de cargos e funções do Executivo, bem como, na forma da lei, nomear os diretores das autarquias e dirigentes das instituições das quais o Município participe;~~

~~III— iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;~~

~~IV— sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir regulamentos para a fiel execução das mesmas;~~

~~V— vetar projetos de lei;~~

~~VI— dispor, mediante decreto, sobre:~~

~~a) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;~~

~~b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.~~

~~VII— promover as desapropriações necessárias à Administração Municipal, na forma da lei;~~

~~VIII— expedir todos os atos próprios da atividade administrativa;~~

~~IX— celebrar contratos de obras e serviços, observada legislação própria, inclusive licitação, quando for o caso;~~

~~X— planejar e promover a execução dos serviços municipais;~~

~~XI— prover os cargos, funções e empregos públicos;~~

~~XII— encaminhar à Câmara de Vereadores, nos prazos previstos nesta Lei, os projetos de leis orçamentários;~~

~~XIII — encaminhar, anualmente, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março as contas referentes à gestão financeira do exercício anterior;~~

~~XIV — prestar, no prazo de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas pela Câmara de Vereadores;~~

~~XV — colocar à disposição da Câmara de Vereadores, até o dia vinte de cada mês, o repasse solicitado pelo Presidente da Câmara, para pleno funcionamento do Legislativo, observado os limites constitucionais;~~

~~XVI — decidir sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas em matéria da competência do Executivo Municipal;~~

~~XVII — oficializar e sinalizar, obedecidas as normas urbanísticas, as vias e logradouros públicos;~~

~~XVIII — aprovar projetos de edificações e de loteamento, desmembramento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;~~

~~XIX — requisitar o auxílio da polícia estadual para a garantia do cumprimento da lei e da ordem pública;~~

~~XX — administrar os bens e rendas do Município, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos;~~

~~XXI — promover o ensino público;~~

~~XXII — propor a divisão administrativa do Município de acordo com a lei;~~

~~XXXIII — decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública.~~

~~XIV — propor ao Poder Legislativo o arrendamento, aforamento, doação ou a alienação de bens municipais, bem como a aquisição de outros;~~

~~Parágrafo Único — A doação de bens públicos, dependerá de prévia autorização legislativa e a escritura respectiva deverá conter cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições.~~

Art. 64. Compete privativamente ao Prefeito: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

I – representar o Município em juízo ou fora dele; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

II – nomear ou exonerar os titulares dos cargos em funções do Executivo, bem como, na forma da lei, nomear os diretores de autarquias e dirigentes das instituições das quais o Município participe; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei orgânica; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir regulamentos para a fiel execução das mesmas; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

V – vetar projetos de lei ou emendas aprovadas, total ou parcialmente; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VII – decretar a utilidade ou necessidade pública, ou o interesse social, de bens para fins de desapropriação ou servidão administrativa; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

VIII – expedir todos os atos próprios da atividade administrativa; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IX – contratar a prestação de serviços de obras e compras, observando a legislação federal e estadual; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

X – planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XI – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XII – encaminhar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Lei; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XIII – realizar a prestação anual das contas de governo, disponibilizando ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, na forma da respectiva regulamentação, os respectivos dados, documentos e processos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XIV - prestar a Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XV – colocar a disposição da Câmara Municipal, até o dia vinte (20) de cada mês a parcela correspondente a um doze avos de sua dotação orçamentária; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XVI – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhes forem dirigidas em matéria de competência do Executivo Municipal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XVII – oficializar e sinalizar, obedecidas as normas urbanísticas, aplicáveis as vias e aos logradouros públicos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XVIII – aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos, obedecendo as diretrizes do Conselho do Plano Diretor; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XIX – solicitar auxílio da polícia estadual para a garantia do cumprimento de seus atos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)



XX – administrar os bens e rendas do Município, promovendo o lançamento, a fiscalização e arrecadação de tributos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXI – promover o ensino público; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXII – propor a divisão administrativa do Município de acordo com a lei; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXIII – decretar a situação de emergência ou estado de calamidade pública; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXIV – propor ao Poder Legislativo o arrendamento, aforamento, doação ou a alienação de bens municipais, bem como a aquisição de outros; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXV – revogar atos administrativos por razões de interesse público e anulá-los por vício de ilegalidade, observado o devido processo legal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVI – disponibilizar e divulgar para acesso público, inclusive por meios eletrônicos, na forma e no prazo definidos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, os dados e as informações da administração pública municipal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVII – elaborar e divulgar os relatórios e as leis que se relacionam com o quadro fiscal do Município, na forma e nos prazos definidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a alteração feita pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXVIII – formalizar termo de parceria com organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para atendimento de interesse público, observado, para cada caso, o que determina a legislação federal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

XXIX – formalizar convênios com órgãos federais ou estaduais para a atendimento de interesse público do Município. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 65. O Vice-Prefeito, além da responsabilidade de substituir e sucessor do Prefeito, cumprirá as atribuições que lhe forem fixadas em lei e auxiliará o Chefe do Poder Executivo quando convocado por esse para missões especiais.

### **SEÇÃO III**

#### **DA RESPONSABILIDADE E INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO**

Art. 66. Os crimes de responsabilidade do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como o processo de julgamento, são definidos em lei federal.

Art. 67. São infrações político-administrativas do Prefeito e do Vice-Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara de vereadores;



II - impedir o exame de documento em geral por parte de comissão Parlamentar de Inquérito ou auditoria oficial;

III - impedir a verificação de obras e serviços municipais por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito ou perícia oficial;

IV - deixar de atender, sem motivo justo, no prazo legal, os pedidos de informações da Câmara de Vereadores, legitimamente formalizados;

V - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

VI - deixar de apresentar à Câmara, sem motivo justo, no prazo legal, os projetos do plano plurianual de investimentos, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

VII - descumprir o orçamento anual;

VIII - assumir obrigações que envolvam despesas públicas sem que haja suficiente recurso orçamentário na forma da Constituição Federal;

IX - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

X - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do Município, sujeitos à administração municipal;

XI - ausentar-se do Município, por tempo superior a previsto na lei, ou afastar-se do Município sem autorização legislativa nos casos exigidos em lei;

XII - iniciar investimentos sem as cautelas previstas no art 113, § 1º, desta lei;

XIII - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XIV - tiver cassados os direitos políticos ou for condenado por crime funcional ou eleitoral, sem a pena acessória da perda do cargo;

XV - Incidir nos impedimentos estabelecidos no exercício do cargo e não se desincompatibilizar nos casos supervenientes e nos prazos fixados.

Art. 68. O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito:

I – a denuncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereadores, ficará impedido de votar e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto legal, para os atos do processo. Será convocado suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

~~II – de posse da denuncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará à Câmara sobre seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto de dois terço, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente o Relator.~~

II – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma Sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/2006)

III – recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denuncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação se fará por edital publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contando o prazo da primeira publicação. Decorrido o, prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denuncia, o qual, neste caso, será submetido ao plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizeram necessárias, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV – O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitindo assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for interesse da defesa.

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

VI – concluída a defesa, proceder-se-á tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denuncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terço, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denuncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar em ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação de mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará a Justiça Eleitoral o resultado.

VII –o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denuncia ainda que sobre os mesmos fatos.

~~Art. 69. O Prefeito perderá o mandato, assegurada ampla defesa:~~

~~I – por cassação nos termos do artigo anterior, quando:~~

~~a) infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 28, para os Vereadores.~~

~~b) Infringir o disposto no inciso IX do art. 39;~~

~~e) atentar contra:~~

~~1— a autonomia do Município;~~

~~2— o livre exercício da Câmara;~~

~~3— o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;~~

~~4— a probidade administrativa;~~

~~5— a lei orçamentária;~~

~~6— cumprimento das leis e das decisões judiciais.~~

~~II— por extinção, declarada pela Mesa da Câmara Municipal, quando:~~

~~a) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;~~

~~b) perder ou tiver suspenso seus direitos políticos;~~

~~c) o decretar a Justiça eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;~~

~~d) renúncia por escrito, considerada também como tal o não comparecimento para posse no prazo previsto nesta Lei Orgânica.~~

~~§ 1º. Comprovado o ato ou fato extintivo previsto neste artigo, o Presidente da Câmara, imediatamente, investirá o Vice Prefeito no cargo, como sucessor.~~

~~§ 2º. Sendo inviável a posse do Vice Prefeito, o Presidente da Câmara assumirá o cargo obedecido o disposto nesta Lei Orgânica.~~

~~§ 3º. A extinção do cargo e as providências tomadas pelo Presidente da Câmara deverão ser comunicadas ao plenário, fazendo-se constar da ata.~~

Art. 69. A cassação do mandato do Prefeito, pela Câmara Municipal de Vereadores, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao rito definido na legislação federal, observado o contraditório, com a garantia do exercício da ampla defesa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

## **TÍTULO III**

### **DA ADMINISTRAÇÃO E DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 70. A Administração Municipal obedecerá as normas estabelecidas nos artigos 37 a 41 da Constituição Federal além das fixadas na Constituição Estadual e leis municipais.

Art. 71. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também ao seguinte;

I – O ingresso se dará por concurso público;

II – O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogáveis por igual período;

III – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

Parágrafo Único – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter símbolo educativo ou informativo, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DOS SERVIDORES**

Art. 72. São servidores municipais, todos os que ocupam cargos, funções ou empregos da administração direta, das autarquias e fundações de direito público, bem como os admitidos por contrato para atender necessidades temporárias de excepcional interesse do Município, definidos em lei local.

Art.73. Os direitos e deveres dos servidores públicos do Município serão disciplinados em lei ordinária, que instituir o regime jurídico.

Art.74. O plano de carreira dos servidores municipais disciplinará a forma de acesso a classe superiores, com a adoção de critérios objetivos de avaliação, assegurando o sistema de promoção por antiguidade e merecimento.

Art.75. O Município instituirá regime previdenciário de caráter contributivo ou vincular-se-á a regime previdenciário federal.

Parágrafo Único - Se o sistema previdenciário escolhido não assegurar proventos integrais aos servidores municipais, caberá ao Município instituir regime de previdência complementar, nos termos da lei complementar (art.40, § XV da CF)

Art. 76. Todo brasileiro, assim como estrangeiro, no gozo de suas prerrogativas constitucionais, desde que preencha as exigências da lei, poderá prestar concurso público para preenchimento de cargo da administração pública, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único – As disposições deste artigo são aplicáveis a concurso para preenchimento de qualquer cargo ou função pública do Município.

Art. 77. Antes do aproveitamento do candidato aprovado em concurso público anterior, não será admitido qualquer outro de concurso posterior para o mesmo cargo de função pública.

Art. 78. Os cargos em comissão, criados por lei, em número, com vencimento a atribuições definidas de chefia, direção ou assessoramento, são de livre nomeação e exoneração, observados requisitos legais de provimento.

Parágrafo Único – Os cargos em comissão não serão organizados em carreira.

Art. 79. São direitos dos servidores municipais, além de outros previstos nesta Lei Orgânica, na Constituição Federal, Estadual e nas Leis.

I – padrão referencial básico vinculativo de todos os níveis de vencimento, nunca inferior ao salário mínimo fixado pela União para os trabalhadores urbanos e rurais;

II – irredutibilidade de vencimentos e salários;

III – décimo terceiro salário;

IV – a remuneração do trabalho noturno superior a do diurno;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

VI – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

VII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos;

VIII – remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da hora normal;

IX – remuneração aos domingos, feriados e pontos facultativos, superior no mínimo em 50% (cinquenta por cento) do valor da jornada normal, sem prejuízo da folga compensatória;

X – gozo das férias anuais remuneradas com pelo menos 1/3 (um terço) a mais da total retribuição e pagamento antecipado;

XI – licença à gestante, sem prejuízo da integral retribuição da investidura da confiança que eventualmente detenha de 120 (cento e vinte) dias e lactário no local apropriado para amamentar a criança até os (06) seis meses, permitindo a servidora a cada três (03) horas de trabalho um intervalo de trinta (30) minutos para a amamentação do filho até os seis (06) meses;

XII – licença paternidade de cinco (05) dias;

XIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, com direito à recusa de execução do trabalho, quando não atendidas essas normas ou não fornecimento de equipamento de proteção individual;

XIV – proibição de diferença de retribuição pelo exercício de idênticas funções e de discriminações no critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil e religião;

XV – adicional sobre a retribuição pecuniária para atividades penosas, insalubres e perigosas, na forma de lei;

XVI – auxílio-transporte, auxílio refeição e adicional de difícil acesso ao local de trabalho, nos termos da lei;

XVII - disponibilidade com remuneração integral, até seu aproveitamento em outro cargo, quando extinto, se declarada a desnecessidade de sua função;

XVIII – reuniões em locais de trabalho aos servidores públicos e suas entidades, fora do horário de expediente;

XIX – aos servidores que integram as chapas em disputa eleitoral para os sindicatos do funcionalismo público e do magistério municipal, fica assegurada a estabilidade de um ano após a data da realização das eleições;

XX – salário-família para os seus dependentes;

XXI – o servidor público municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa e mediante procedimento de avaliação;

XXII – será ressalvado um percentual dos cargos em empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

~~Art. 80. O Regime Jurídico dos servidores da administração centralizada do Município, das autarquias e fundações por ele instituídas será estabelecido em estatuto através de lei ordinária, observados os princípios e normas da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.~~

Art. 80. O Regime Jurídico do Servidor do Município será definido por lei complementar, observados os princípios e normas da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.[\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

Art. 81. Fixada a isonomia de vencimentos, na forma prevista neste artigo é vedado conceder aumento ou reajuste de vencimentos ou realizar reclassificação setoriais que privilegiam categorias profissionais em detrimento de outra. As correções ou reajustes, quando necessários, em razão das condições do trabalho, deverão ser feitas quando da revisão geral do sistema.

Art. 82. Os acréscimos remuneratórios por tempo de serviço incidirão sobre os níveis integrais dos servidores municipais, funções gratificadas, exceto cargos em comissão.

Art. 83. Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional compatível com as atribuições do cargo ou função designada.

Art. 84. Os vencimentos e vantagens dos cargos e funções de atribuições iguais ou assemelhados do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

§ 1º. A revisão geral da remuneração dos servidores ativos e inativos, dos pensionistas e agentes políticos far-se-á sempre na mesmas datas e nos mesmo índices.

§ 2º. O índice de reajuste os vencimentos dos servidores e pensionistas não poderá ser inferior ao necessário para repor ao índice geral de reajuste da categoria.

§ 3º. As vantagens gerais, tais como avanços, adicionais, referências ou graus serão assegurados a todos os servidores municipais, independentemente do quadro em que estejam organizados, bem como reger-se-ão por critérios uniformes quanto á incidência, ao número e as condições de aquisição na forma da lei.

§ 4º. Os critérios para fixação da gratificação do adicional de insalubridade e risco de vida basear-se-ão exclusivamente na área e grau de exposição ao perigo.

§ 5º. A legislação definirá as áreas de risco para as diferentes atividades públicas pertencentes ao Município.

Art.85. Fica vedada a instituição de gratificação, bonificação ou prêmios aos servidores, a título de redistribuição por execução de tarefa que constitua atribuição de cargos ou funções providos ou de órgão municipal.

Art. 86. Os servidores serão indicados a participar de cursos de especialização ou capacitação técnico-profissional, custeados pelo Município, quando houver correlação entre o conteúdo programático do aprendizado ou aperfeiçoamento com as atribuições do cargo exercido.

§ 1º. Quando, sem ônus para o Município, requerer o servidor interessado sua liberação a mesma lhe será dada, se contemplar o interesse dos servidores.

§2º. Não será pontuado título de curso que não guarde correlação com as atribuições do cargo.

Art. 87. O pagamento mensal dos servidores, dos proventos e das pensões será realizado até o último dia útil do mês em curso.

Art.88. O décimo terceiro salário terá seu pagamento efetuado até o dia 20 (vinte) de dezembro, facultada a antecipação, na forma da lei.

Art. 89. As obrigações pecuniárias do Município para com seus servidores e pensionistas, não cumpridas até o último dia do mês de aquisição do direito, serão liquidadas com correção pelos índices que forem aplicáveis para revisão geral da remuneração dos servidores municipais, sem prejuízo da responsabilidade administrativa e penal, por autoridade que dê margem ao atraso.

Art. 90. O tempo de serviço público federal, estadual e municipal prestados administração direta ou indireta inclusive as fundações instituídas pelo poder público e empresas de economia mista, será contado integralmente para fins de acréscimo remuneratório por tempo de serviço, aposentadoria e disponibilidade.

Art. 91. O servidor municipal será aposentado de acordo com o artigo 40 da Constituição Federal, devendo contar do Estatuto do Funcionário Público deste Município.

§ 1º. A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2º. Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e mesma data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade, sendo também extensíveis aos inativos, quaisquer benefícios ou vantagens, posteriormente concedidos aos servidores em

atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação de cargo em que se deu a aposentadoria.

## SEÇÃO II

### DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

~~Art. 92. O Município manterá convênio com entidades de previdência e assistência à saúde de seus servidores e dependentes mediante contribuição nos termos da lei.~~

Art. 92. O Município manterá convênio com entidades de assistência à saúde de seus servidores e dependentes mediante contribuição nos termos da lei. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

Parágrafo único. Admite-se, para o atendimento deste artigo, a contratação de plano de saúde, nos termos e na forma admitidos em lei. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

Art. 93. Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselhos de empresas fornecedoras, prestadoras de serviço ou que realizem qualquer contrato com o Município.

Art. 94. O servidor processado civil, criminal ou administrativamente em razão de fato relacionado com o exercício de seu cargo ou função terá direito à assistência jurídica do Município, devendo tal direito ser objeto de lei.

Parágrafo Único – A assistência jurídica de que trata este artigo poderá ser prestada diretamente pelos órgãos jurídicos do Município ou através de convênio com a entidade representativa dos servidores.

Art. 95. O código de Conduta será estabelecido no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

## SEÇÃO III

### DOS SECRETÁRIOS

Art.96. Os secretários do Município serão, solidariamente, responsáveis com o Prefeito, pelos atos lesivos ao erário municipal, praticados na área de sua jurisdição, quando decorrente de dolo ou culpa.

Art.97. Enquanto estiverem exercendo o cargo, os Secretários do Município ficarão sujeitos a contribuição previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social.

## SEÇÃO IV

### DOS AUXILIARES DO PREFEITO

~~Art. 98. São auxiliares diretos do Prefeito:~~

~~I – Os secretários Municipais ou Diretores de Autarquias ou de instituições de que participe o Município;~~

~~II – Os Subprefeitos.~~



~~Parágrafo Único — Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito, estando seus ocupantes, desde a posse, sujeitos as mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores no que couber.~~

Art. 98. São auxiliares diretos do Prefeito:(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I – os secretários Municipais ou Diretores de Autarquias ou de instituições de que participe o Município;(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – os Subprefeitos.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito, estando seus ocupantes, desde a posse, sujeitos as mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores no que couber.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º Os secretários municipais serão remunerados por subsídio mensal fixado pela Câmara Municipal.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 99. São condições essenciais para a investidura no cargo de secretário ou diretor de autarquias ou instituições de que participe o Município:

I – ser brasileiro;

II – estar no exercício dos direitos políticos;

III – ser maior de 21 anos de idade;

Art. 100. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores, comparecer à Câmara Municipal sempre que convocados pela Mesa, para apresentação de esclarecimentos.

Parágrafo Único - A infrigência deste artigo, sem justificção, importa em crime de responsabilidade.

## **SEÇÃO V**

### **DOS DISTRITOS**

Art.101. O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundados por lei.

## **CAPITULO III**

### **DOS CONSELHOS MUNICIPAIS**

Art.102. Os Conselhos Municipais são órgãos governamentais de participação direta na Administração Pública Municipal, e têm por finalidades deliberar, fiscalizar e julgar matéria referente a cada setor da administração.

~~Art.103. Os Conselhos Municipais são compostos por número par de membros, observando, quando for o caso, a representatividade de número par da administração, das entidades públicas, classistas e da sociedade civil organizada.~~

Art. 103. Os Conselhos Municipais são compostos por número par de membros, observando, quando for o caso, a representatividade de número par da administração, das entidades públicas, classistas e da sociedade civil organizada. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Parágrafo único. É vedada a participação de Vereador como membro de conselho municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art.104. A lei especificará as atribuições de cada Conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titular e suplente e prazo de duração no mandato.

## **CAPITULO IV**

### **DOS CONSELHOS POPULARES**

Art.105. Os Conselhos Populares são órgãos do poder popular, formados a partir da reunião, em assembleia geral, de moradores de bairro ou distrito.

## **CAPITULO V**

### **DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 106. A receita e a despesa pública do Município obedecerão as seguintes leis, de iniciativa do poder executivo:

- I – do plano plurianual;
- II – das diretrizes orçamentárias;
- III – do orçamento anual.

§ 1º. O plano plurianual estabelecerá os objetivos e metas dos programas da administração municipal, compatibilizados, conforme o caso, com os planos previstos pelos Governos Federal e do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2º. O plano de diretrizes orçamentárias, compatibilizado com o plano plurianual, compreenderá as prioridades da administração do Município para o exercício financeiro subsequente, com vistas à elaboração da proposta orçamentária anual, dispondo, ainda, quando for o caso, sobre as alterações da política tributária e tarifária do Município.

§ 3º. O orçamento anual, compatibilizado com o plurianual e elaborado em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias, compreenderá as receitas e despesas dos Poderes do Município, seus órgãos e fundos.

§ 4º. O projeto de orçamento anual será acompanhado:

I – da consolidação dos orçamentos das entidades que desenvolvem ações voltadas à seguridade social, compreendendo as receitas e despesas, relativas à saúde, às previdência e assistência social, incluídas, obrigatoriamente, as oriundas de transferência e será elaborado com

base nos programas de trabalho nos órgãos incumbidos de tais serviços da administração municipal.

II – de demonstrativos de efeito, sobre a receita e despesa, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, tarifária e creditícia.

III – de quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação das mesmas quando houver vinculação a determinado órgão, fundo ou despesa.

§ 5º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição:

I – autorização para abertura de créditos suplementares;

II – autorização para a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, na forma da lei.

§ 6º. A lei orçamentária anual deverá incluir na previsão de receita, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade político-administrativo do Prefeito, todos os recursos provenientes de transferências de qualquer natureza e de qualquer origem, feitas a favor do Município, por pessoas físicas ou jurídicas, bem como propor as suas respectivas aplicações, como despesa orçamentária.

§ 7º. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

~~Art. 107. Os projetos de lei previstos no caput do artigo anterior, serão enviados, pelo Prefeito à Câmara de Vereadores, nos seguintes prazos, salvo se lei federal dispuser diferente:~~

~~I – projetos do plano plurianual, que abrangerá 4 (quatro) exercícios até o dia trinta (30) de abril do primeiro ano do mandato do Prefeito;~~

~~II – o projeto de lei das diretrizes orçamentárias, anualmente, até o dia quinze (15) de julho;~~

~~III – projeto de lei do orçamento anual, até o dia trinta (30) de outubro de cada ano.~~

Art. 107. Os projetos de lei previstos no caput do artigo anterior, serão enviados, pelo Prefeito à Câmara de Vereadores, nos seguintes prazos, salvo se lei Federal dispuser diferente: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

I – Projetos do Plano Plurianual, que abrangerá quatro exercícios até o dia 15 de julho do primeiro ano do mandato do Prefeito; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, anualmente, até o dia 31 de agosto; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

III – Projeto de Lei Orçamentária anual, até o dia 15 de outubro. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

Art. 108. O Prefeito poderá encaminhar à Câmara de Vereadores mensagem para propor modificação nos projetos de lei previstos no artigo 107 desta Lei Orgânica, enquanto não estiver concluída a votação da parte relativa à alteração proposta.

~~Art. 109. As emendas aos projetos de lei relativos aos orçamentos anuais ou aos projetos que os modifiquem, somente poderão ser aprovados, caso:~~

~~I — sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;~~

~~II — indiquem os recursos financeiros necessários, admitidos apenas os provenientes da redução de despesa, excluídas as destinadas a:~~

~~a) pessoal e seus encargos;~~

~~b) serviço de dívida;~~

~~c) educação, no limite de 25%;~~

~~III — sejam relacionados com:~~

~~a) correção de erros ou omissões;~~

~~b) com os dispositivos de texto do projeto de lei.~~

Art. 109. Os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos que modifiquem essas matérias, serão instruídos pela comissão da Câmara com atuação na área de orçamento, a qual caberá: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Poder Legislativo, permanentes ou temporárias. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão de que trata este artigo, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

a) dotações para pessoal e seus encargos; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

b) serviço da dívida; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

III - sejam relacionadas: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)

a) com a correção de erros ou omissões; ou (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 5º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de que trata este artigo, da parte cuja alteração é proposta. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 6º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste artigo e nas normas relativas ao processo legislativo especial previsto no Regimento Interno do Poder Legislativo, as demais normas previstas para o processo legislativo comum. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 7º Na elaboração e discussão dos projetos de leis de orçamentos deve ser observadas as normas relativas às finanças públicas e gestão fiscal instituídas por leis complementares federais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 8º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 9º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 8º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 10. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 8º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 11. As programações orçamentárias previstas no § 8º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 12. Quando o Município for o destinatário de transferências obrigatórias da União, para a execução de programação de emendas parlamentares, estas não integrarão a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o **caput** do art. 169 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 13. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 10 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Poder Legislativo não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 14. Após o prazo previsto no inciso IV do § 13, as programações orçamentárias previstas no § 10 não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 13. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 15. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 10 deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 16. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 10 deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 17. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 110. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovados quando incompatíveis com o plano plurianual.

Art. 111. Aplicam-se aos projetos de lei mencionados no artigo anterior, no que não contrariarem o disposto nesta lei e na Constituição Federal, as demais normas relativas ao processo legislativo.

Art. 112. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados como cobertura financeira para a abertura de créditos suplementares e especiais, mediante prévia e específica autorização legislativa.

Art. 113. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais com a finalidade precisa, aprovados pela Câmara de Vereadores, por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundos ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do Município para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresa ou qualquer entidade de que o Município participe;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem que lei autoriza a inclusão, sob pena de responsabilidade político-administrativa.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 30(trinta) dias daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiros subsequente.

Art. 114. A abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender a despesa imprevisível e urgente, como as decorrentes de calamidade pública.

Parágrafo Único – Os créditos extraordinários serão abertos por Decretos do Prefeito Municipal, o qual deverá ser submetido aprovação da Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias.

Art. 115. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estruturas, bem como a admissão de pessoal a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração municipal direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Município, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas publicas e sociedades de economia mista.

Art. 116. As despesas com publicidades dos poderes do Município deverão ser objetos de dotação orçamentária específica.

~~Art. 117. Os projetos de lei de que trata o artigo 106 desta Lei, após apreciação do Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos:~~

~~I— projeto do Plano Plurianual até 15 (quinze) junho;~~

~~II— projeto de diretrizes orçamentária até 30 (trinta) de setembro;~~

~~III— projeto de orçamento anual até 15 (quinze) de dezembro.~~

~~Parágrafo Único— O não atendimento dos prazos estabelecidos no presente artigo, os projetos serão promulgados como lei.~~

Art. 117. Os projetos de lei de que trata o artigo 106 desta Lei, após apreciação do Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos: [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

I – Projeto do Plano Plurianual até o dia 15 de agosto; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

II – Projeto de Diretrizes Orçamentária até o dia 30 de setembro; [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

III – Projeto de Orçamento anual até o dia 30 de novembro. [\(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2007\)](#)

Parágrafo Único – O não atendimento dos prazos estabelecidos no presente artigo, os projetos serão promulgados como lei.

~~Art. 118. Caso o Prefeito não envie o projeto de Lei do Orçamento Anual no prazo legal, o Poder Legislativo adotará como projeto de Lei Orçamentária a lei orçamentária em vigor, com a correção das respectivas rubricas pelo índice oficial da inflação verificada nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores. [\(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016\)](#)~~

Art. 119. O Executivo poderá enviar mensagens à Câmara de Vereadores, propondo modificação ao Projeto de Lei Orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da parte que deseja alterar.

## DOS ATOS MUNICIPAIS

### SEÇÃO I

#### DA PUBLICIDADE

~~Art. 120. A publicidade das leis e atos administrativos municipais será realizada por afixação dos textos, em local específico, na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal através da imprensa privada do Município ou da Capital do Estado.~~

~~§ 1º. O Município manterá sistema de registro de texto de que trata este artigo, dentro dos princípios da informática.~~



~~§ 2º. Haverá publicação periódica, do que trata este artigo, sucinta, mensalmente, sob a forma de encarte em jornal do Município, a partir do sistema previsto no parágrafo primeiro deste artigo.~~

~~§ 3º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem, promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.~~

~~Art. 120. A publicidade das leis e atos administrativos municipais será realizada por afixação dos textos, em local específico, na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal e por meios eletrônicos pelos respectivos sítios eletrônicos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)~~

Art. 120 A publicidade das leis municipais e atos administrativos do Poder Executivo serão realizados por afixação dos textos, em local específico, na sede da Prefeitura Municipal e por meios eletrônicos em seu sítio eletrônico e, a publicidade dos atos administrativos do Poder Legislativo, será realizada por afixação dos textos, em lugar específico, na Câmara de Vereadores e por meios eletrônicos em seu sítio eletrônico. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 10/2018)

§ 1º O Município manterá sistema de registro de texto de que trata este artigo, observadas as regras e os parâmetros definidos pela Lei Federal nº 12.527, de 2011. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem, promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

## SEÇÃO II

### DOS LIVROS

Art. 121. O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º. Os livros serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionários designados para tal fim.

§ 2º. Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outros sistema, convenientemente numerados e autenticados, desde que revestidos por normas legais constantes do processo e informática.

## SEÇÃO III

### DO REGISTRO

Art. 122. O Município terá só livros que forem necessários aos serviços, e, obrigatoriamente, os de:

I – termo de compromisso e posse;

- II – declaração de bens;
- III – atas das sessões da Câmara;
- IV – registro de leis, decretos, resoluções, regulamentos, instruções e portarias;
- V – cópia de correspondência oficial;
- VI – protocolo, índice de papéis e livros arquivados;
- VII – licitação e contratos para obras e serviços;
- VIII – contrato de servidores;
- IX – contratos em geral;
- X – contabilidade e finanças;
- XI – concessões e permissões de bens imóveis e de serviços;
- XII – tombamento de bens imóveis e móveis;
- XIII – registro de loteamentos aprovados.

Parágrafo único - Os livros, fichas ou outro sistema estarão abertos a consulta de qualquer cidadão, bastando para tanto, apresentar requerimento.

## **SEÇÃO IV**

### **DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 123. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com observância das seguintes normas:

I – decretos numerados em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação e extinção de atribuições não prevista em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares até o limite autorizado por lei, assim como créditos extraordinários;
- d) declaração de utilidade, necessidade pública, ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa;
- e) a aprovação de regulamento ou de regimento;
- f) permissão de uso de bens e serviços municipais;
- g) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município;

h) criação, extinção, declaração ou modificação de direito dos administrados não privativos de lei;

i) normas de efeitos externos, não privativos de lei;

j) fixação e alteração de preço.

II – portarias, nos seguintes casos:

a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;

b) lotação e re-lotação nos quadros de pessoal;

c) autorização para contratos e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista;

d) abertura de sindicância e processo administrativo, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos.

III – contratos, nos seguintes casos:

a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos da lei vigente;

b) execução de obras e serviços municipais, bem como de compras, nos casos legais.

Parágrafo Único – Os atos constantes dos incisos II e III deste artigo poderão ser delegados.

## SEÇÃO V

### DAS PROIBIÇÕES

Art. 124. A pessoa jurídica em situação irregular com o sistema de seguridade social, como o estabelecido em lei federal, ou em débito com as finanças do Município, não poderá contratar com o poder público municipal e nem dele receber benefícios fiscais.

## SEÇÃO VI

### DAS CERTIDÕES

~~Art. 125. A Prefeitura e a Câmara são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze (15) dias, certidões dos atos contratados e decisões, desde que requeridas para fins de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado por Juiz.~~

~~Parágrafo Único — As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.~~

Art. 125 A Prefeitura e a Câmara fornecerão certidão, no âmbito de sua competência, a qualquer interessado, no prazo e na forma definidos em lei federal, sob pena de responsabilidade da autoridade ou do servidor que negar ou retardar a sua expedição. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Parágrafo único. As certidões relativas ao Poder executivo serão fornecidas por Secretário Municipal, no âmbito de sua respectiva pasta administrativa, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

## CAPÍTULO VI

### DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 126. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 127. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficam sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que for distribuídos.

Parágrafo Único – Será mantido registro atualizado de todos os bens municipais dentro de princípios da informática.

~~Art. 128. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:~~

~~I – pela sua natureza;~~

~~II – em relação a cada serviço.~~

~~Parágrafo Único – Deverá ser feita, anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.~~

Art. 128. A autoridade administrativa que responda pela direção de órgão público municipal deve abrir inquérito administrativo e representar ao Ministério Público, se for o caso, quando houver denúncia contra o extravio ou dano de bens municipais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 129. A alienação de bens municipais subordinada à existência de interesse público devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis dependerá de autorização legislativa e concorrência pública;

~~II – quando móveis, dependerá de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou, quando houver interesse público relevante justificado pelo Executivo, precedida de autorização legislativa.~~

II – quando bens móveis inservíveis para a Administração ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, através da concorrência pública, na modalidade Leilão. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/2015)

III – Nos casos de doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação socioeconômica, havendo interesse público relevante e justificado pelo Executivo, precedida de Autorização Legislativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/2015)

Art. 130. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

Parágrafo Único – A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultante de obras públicas, dependerá de prévia avaliação e autorização, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições.

Art. 131. A aquisição de bens imóveis, por compra ou por permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 132. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaço destinados à venda de jornais, revistas, refrigerantes ou flores, com direito real de uso.

Art. 133. O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir, com autorização legislativa.

~~Parágrafo Único – A concessão administrativa de bens públicos de uso somente poderá ser outorgada para finalidade escolar, assistência social ou turística mediante autorização legislativa.~~

Parágrafo Único – A concessão Administrativa de bens públicos de uso somente poderá ser outorgada para finalidade escolar, assistência social, turística, agrícola, cultural, meio ambiente, segurança pública e incentivo econômico, mediante autorização legislativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 07/2017)

## CATÍTULO VII

### ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

#### SEÇÃO I

#### TRIBUTOS

~~Art. 134. São tributos de competência municipal:~~

~~I – impostos sobre:~~

~~a) propriedade predial e territorial urbana;~~

~~b) transmissão inter vivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.~~

~~c) quando couber os serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado, e definidos na lei complementar no artigo 146 da Constituição federal.~~

~~§ 1º. O imposto previsto no inciso I, alínea “a”, poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.~~

~~§ 2º. O imposto previsto no inciso I, alínea “b”, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil nos processos de usucapião.~~

~~§ 3º. A legislação determinará medidas para que os consumidores serem esclarecidos acerca dos impostos previstos no inciso I, alínea e.~~

~~II — taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do poder de polícia, pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à disposição pelo Município.~~

~~III — a contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total, a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo do valor que resultar da obra para cada imóvel beneficiado.~~

Art. 134. São tributos de competência municipal: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I – impostos sobre: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

a) propriedade predial e territorial urbana; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

b) transmissão intervivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

c) quando couber os serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado, e definidos na Lei Complementar Federal prevista no art. 146 da Constituição federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do poder de polícia, pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à disposição pelo Município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

III – a contribuição de melhorias poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total, a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo do valor que resultar da obra para cada imóvel beneficiado; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

IV – a contribuição de melhoria, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º O imposto previsto no inciso I, alínea “a”, poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º O imposto previsto no inciso I, alínea “b”, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda

desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil nos processos de usucapião. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º A legislação determinará medidas para que os consumidores serem esclarecidos acerca dos impostos previstos no inciso I, alínea “c”. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 135. Pertence ao Município a participação no produto de arrecadação dos impostos da União e do Estado, prevista na Constituição Federal e outros recursos que lhe forem oferecidos.

Art. 136. Nos imóveis urbanos de propriedade simultânea incidirá imposto crescente e de progressividade anual.

## **SEÇÃO II**

### **RECEITAS PÚBLICAS**

Art. 137. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, das participações em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 138. Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título pela administração direta, autarquia e fundações municipais.

II – retorno do produto da arrecadação do imposto da União sobre propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município.

III – o retorno do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre propriedade de veículo automotores licenciados no território municipal.

IV – o retorno do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

V – a fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

VI – Outras receitas estabelecidas em lei.

Art. 139. As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustados se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 140. Todo contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, nos termos da lei.

Art. 141. Não será admitida emenda que aumente a despesa prevista:

I – nos projetos cujo iniciativa seja privativa do Prefeito;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

### SEÇÃO III

#### FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

~~Art. 142. A fiscalização financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle internos do Executivo, instituídos por lei.~~

~~I – o controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ou órgão estadual a que for atribuída esta incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Câmara Municipal, o acompanhamento das atividades financeiras orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos;~~

~~II – somente por decisão de 2/3 (dois terço) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, ou órgão estadual incumbido dessa missão;~~

~~III – as contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual vigentes, podendo o Município suplementar estas contas, sem prejuízo de sua condução na prestação anual de contas.~~

Art. 142. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara de Vereadores, mediante controle externo, e pelo sistema de controle de cada um dos poderes. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio de Tribunal de Contas do Estado. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º O julgamento de contas do Prefeito, referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara, após o recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual somente deixará de prevalecer por decisões de dois terços dos membros da Câmara. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º O processo de julgamento das contas de governo do Prefeito, nos termos deste artigo, será formalizado na Câmara Municipal, nos termos previstos em seu Regimento Interno, assegurados a ampla defesa e o contraditório. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 143. O Executivo manterá sistema de controle interno a fim de:

I – criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo regularidade na realização da receita e da despesa;

II – acompanhar a execução de programas dos trabalhos e a do orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV – verificar a execução dos contratos.



**TÍTULO IV**  
**DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL**  
**CAPÍTULO I**

**DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E OBRAS**

Art. 144. Valendo-se de sua autonomia e competência assegurada nas Constituições Federal e Estadual, o Município elaborar projetos ou programas de desenvolvimento local, atento aos princípios gerais estabelecidos na Constituição Federal, da atividade econômica, da política urbana, da assistência, de educação, de cultura, do meio ambiente, da família, do adolescente e do idoso.

Art. 145. Os projetos referidos no artigo anterior serão levados ao conhecimento das comunidades organizadas e diretamente vinculadas a cada campo de atuação, às quais pré-asssegurado o acesso a todos os dados pertinentes a cada estudo ou projeto.

Art. 146. A política de desenvolvimento urbano do Município, observada as diretrizes fixadas em lei federal, tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções urbanas e garantir o bem estar da comunidade local.

§ 1º. A implementação dessas metas terá como objetivos gerais:

I – ordenação da expansão urbana;

II – integração urbano-rural;

III – prevenção e a correção das distorções do crescimento urbano.

IV – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

V – proteção, preservação e recuperação dos patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico;

VI – controle do uso do solo de modo a evitar:

a) o parcelamento do solo e a edificação vertical excessivos com relação aos equipamentos urbanos e comunitários existente;

b) a ociosidade, sub-utilização ou não utilização do solo urbano edificado;

c) usos incompatíveis ou inconvenientes.

§ 2º. A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

I – lei de diretrizes urbanísticas do Município;

II – elaboração e execução de plano diretor;

III – leis e plano de controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

#### IV – código de obras e edificações.

Art. 147. A lei de diretrizes urbanísticas do Município compreenderá os princípios gerais, os objetivos, a definição de áreas de ordenamento prioritário e as de ordenamento deferido e normas gerais de orientação dos planos diretor e de controle de uso, parcelamento e ocupação do solo.

Art. 148. Os planos urbanísticos, previstos nos incisos II e III do § 2º do art. 146, constituem os instrumentos básicos do processo de produção, reprodução e uso do espaço urbano, mediante a definição, entre outros, dos seguintes objetivos gerais:

I – controle do processo de urbanização, para assegurar-lhe equilíbrio e evitar o despovoamento das áreas agrícolas ou pastoris;

II – organização das funções da cidade, abrangendo habilitação, trabalho, circulação, recreação, democratização da convivência social e realização de vida urbana digna;

III – promoção de melhoramento na área rural, na medida necessária ao seu ajustamento ao crescimento dos núcleos urbanos;

IV – estabelecimento de prescrições, usos, reservas e destinos de imóveis, águas e áreas verdes.

Art. 149. A política de desenvolvimento urbano do Município terá como prioridade básica, no âmbito de sua competência, assegurar o direito de acesso à moradia adequada com condições mínimas de privacidade e segurança, atendidos os serviços de transporte coletivo, saneamento básico, educação, saúde, lazer e demais dispositivos de habitabilidade condigna.

§ 1º. O poder político municipal, inclusive mediante estímulo e apoio a entidades comunitárias e a construtores privados, promoverá as condições necessárias, incluindo a execução de planos e programas habitacionais, à efetivação desse direito.

§ 2º. A habitação será tratada dentro do contexto do desenvolvimento urbano, da forma conjunta e articulada com os demais aspectos da cidade.

Art. 150. O código de obras e edificações conterá normas edilícias relativas às construções no território municipal, consignando princípios sobre segurança, funcionalidade, higiene, salubridade e estética das construções, e definirá regras sobre proporcionalidade entre ocupação e equipamento urbano.

## **CAPÍTULO II**

### **DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 151. O Município manterá, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de saúde pública, higiene e saneamento a serem prestados à população.

§ 1º. Visando a satisfação do direito à saúde, garantido na Constituição Federal, o Município, no âmbito de sua competência, assegurará:

I – acesso universal e igualitário as ações e serviços de promoção, proteção, e recuperação da saúde;

II – acessos a todas as informações de interesse para saúde;

III -participação de entidades especializadas na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação, e no controle de atividades com impacto sobre a saúde pública;

IV – dignidade e qualidade no atendimento;

§ 2º. Para consecução desses objetivos, o Município promoverá:

I – a implementação e a manutenção de toda rede local de postos de saúde, de higiene, ambulatório médicos, depósito de medicamentos e gabinetes dentários, com prioridade em favor das localidades e áreas rurais em que não haja serviços federais ou estaduais correspondentes;

II – a prestação permanente de socorros de urgência a doentes e acidentados, quando não existir na sede municipal serviço federal ou estadual dessa natureza;

III – a tiragem e o encaminhamento de insanos mentais e doentes desvalidos, quando não seja possível dar-lhe assistência e tratamento com recursos locais;

IV – a elaboração de planos e programas locais de saúde em harmonia com os sistemas nacional e estadual de saúde;

V – o controle e a fiscalização de procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

VI – a fiscalização e a inspeção de alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII – a participação no controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII – a participação na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

IX – a defesa do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

§ 3º. As ações e serviços de saúde do Município serão desconcentrados nos distritos, onde se formarão conselhos comunitários de saúde, nos termos da lei municipal.

4º. A participação popular nos conselhos comunitários de saúde e em outras formas previstas em lei será gratuita e considerado serviço social relevante.

Art. 152. A assistência social será prestada pelo Município a quem necessita, mediante articulação com os serviços federais e estaduais congêneres, tendo por objetivo:

I – a proteção à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – a ajuda aos desvalidos e às famílias numerosas desprovidas de recursos;

III – a proteção e encaminhamento de menores abandonados;

IV – o recolhimento, encaminhamento e recuperação de desajustados e marginais;

V- o combate a mendicância e ao desemprego, mediante a integração ao mercado de trabalho;

VI – o agenciamento e a colocação de mão-de-obra local;

VII – a habitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração na vida comunitária.

§ 1º. É facultado ao Município no estrito interesse público:

I – conceder subvenções a entidade assistenciais privadas declaradas de utilidade pública por lei municipal;

II – firmar convenio com entidades pública ou privada para prestação de serviços de assistência social à comunidade local;

III –estabelecer consórcio com outros municípios visando o desenvolvimento de serviços comuns de saúde e assistência social.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

~~Art. 153. O Município organizará e manterá programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, observados os princípios constitucionais sobre a educação, as diretrizes e bases estabelecidas em lei federal e as disposições suplementares da legislação estadual.~~

~~§ 1º. O Município somente atuará no ensino fundamental, na educação infantil e na erradicação do analfabetismo por qualquer forma.~~

~~§ 2º. O programa de educação e de ensino municipal dará especial atenção às práticas educacionais no meio rural.~~

Art. 153. A educação, direito de todos, é um dever do Estado, da família e da sociedade. Deve ser baseado nos princípios da democracia e da justiça social, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e pautada no trabalho como fundamento da existência social, dignidade e bem-estar universal, tem por fins: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

I – o exercício de uma cidadania comprometida com a transformação social, livre de qualquer preconceito e discriminação, contrária a todas as formas de exploração, opressão e desrespeito aos outros homens, à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

II – o preparo do cidadão para a compreensão, reflexão e crítica da realidade social, tendo o trabalho como princípio educativo, mediante acesso à cultura, aos conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos historicamente acumulados. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 1º O Município atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 2º É dever do Município oferecer condições para o recenseamento dos educandos para o ensino fundamental, zelando junto dos pais ou responsáveis, pela frequência regular à escola. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016)

Art. 154. O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da sua receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental.

§ 1º. O Município manterá programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde, destinados aos educados de suas escolas.

§ 2º. Os recursos públicos municipais serão destinados exclusivamente às escolas mantidas pelo Município;

§ 3º. O Município publicará até o dia quinze de fevereiro de cada ano, o demonstrativo da aplicação dos recursos previstos neste artigo.

Art. 155. O Município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, nos termos da Constituição Federal, especialmente mediante:

- I – oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;
- II – a proteção aos locais e objetos de interesse histórico-cultural e paisagístico;
- III – incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais;
- IV – criação e manutenção de núcleos culturais distritais e no meio rural e de espaços públicos devidamente equipados, segundo as possibilidades municipais, para a formação e difusão das expressões artístico-culturais populares;
- V – criação e manutenção de bibliotecas públicas nos distritos e bairros da cidade.

Parágrafo Único – É facultado ao Município.

I – firmar convênios de intercâmbio e cooperação financeiro com entidades públicas e privadas, para a prestação de orientação e assistência à criação e manutenção de bibliotecas na sede dos distritos e bairros.

II – prover, mediante incentivos especiais ou concessão de prêmios e bolsas, atividades e estudos de interesse local, de natureza científica, literária, artística e sócio-econômica.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS ESPORTES E LAZER**

Art. 156. O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade mediante estímulos especiais e auxílios materiais às agremiações amadoras organizadas pela população em forma regular.

Art. 157. O Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade, mediante:

I – reserva de espaços verdes ou livres, em formas de parques, bosque, jardins, (praias) e assemelhados, como base física de recreação urbana;

II – construção e equipamentos de parques infantis, centro de juventude e edifício de convivência comunitária;

III – aproveitamento de (rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas) e outros recursos naturais como locais de passeio e distração;

IV – práticas excursionista dentro do território municipal de modo a pôr em permanente contato as populações rurais e urbanas;

V – estímulo à organização participativa da população rural na vida comunitária;

VI – programas especiais para divertimento e recreação de pessoas idosas.

Parágrafo Único – O planejamento da recreação pelo Município deverá adotar, entre outros, os seguintes padrões:

I – economia de construção e manutenção;

II – possibilidade de fácil aproveitamento, pelo público, das áreas de recreação;

III – facilidade de acesso, de funcionamento, de fiscalização, sem prejuízo da segurança;

IV – aproveitamento dos aspectos artísticos das belezas naturais;

V – criação de centros de lazer no meio rural.

Art. 158. Os serviços municipais de esporte e recreação articular-se-ão com as atividades culturais do Município, visando a implantação e desenvolvimento do turismo.

Art. 159. O Município promoverá os meios necessários para a satisfação do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º. As práticas educacionais, culturais, desportivas e recreativas municipais terão como um de seus aspectos fundamentais a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população local.

§ 2º. As escolas municipais manterão disciplina de educação ambiental e de conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Art. 160. O Município, com a colaboração da comunidade, tomará todas as providências necessárias para:

I – proteger a fauna e a flora, assegurando a diversidade das espécies e dos ecossistemas, de modo a preservar, em seu território, o patrimônio genético;

II – evitar, no seu território, a extinção das espécies;

III – prevenir e controlar a poluição, a erosão e o assoreamento;

IV – exigir estudo prévio de impacto ambiental, para a instalação ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, especialmente pedreiras dentro de núcleos urbanos;

V – exigir a recomposição do ambiente degradado por condutas ou atividades ilícitas ou não, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

VI – definir sanções municipais aplicáveis nos casos de degradação do meio ambiente.

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 161. Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal e assinada por todos os Vereadores, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 12 de junho de 2006 – Mario Teixeira de Mello, Presidente - Henrique Hessel Bueno, Vice-Presidente - Amarildo de Oliveira Borges, 2º Secretário - Adão Lemes Prestes - Santos Eden Feijó Pinto - Carlos Roberto Neto Teixeira - Orelino Fagundes dos Santos, - Milton da Silva Quadros – Santo Gerônimo Soares Deoscar.

### **EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 001/2006**

**Dá nova redação ao item II do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEDRAS ALTAS – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, apresenta para apreciação e votação do Plenário a seguinte emenda a Lei Orgânica:

Artigo 1º.- O item II do artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68.....

II – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre seu recebimento. Decidido o recebimento, **pelo voto da maioria dos presentes**, na mesma Sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.”

Artigo 2º. - Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 20 de julho de 2006 - Mario Teixeira de Mello, Presidente - Henrique Hessel Bueno, Vice-Presidente - Amarildo de Oliveira Borges, 2º Secretário.

## **EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 002/2006**

### **Dá nova redação ao “caput” do artigo 17 da Lei Orgânica Municipal.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEDRAS ALTAS – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, apresenta para apreciação e votação do Plenário a seguinte emenda a Lei Orgânica:

Artigo 1º. - O “caput” do artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. A Câmara Municipal de Vereadores reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 15 de fevereiro de cada ano para abertura do período legislativo, funcionando ordinariamente até 21 de dezembro.”

Art. 2º. Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 1º de agosto de 2006 - Mario Teixeira de Mello, Presidente - Henrique Hessel Bueno, Vice-Presidente - Amarildo de Oliveira Borges, 2º Secretário.

## **EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 003/2006**

### **Dá nova redação ao artigo 20 da Lei Orgânica do Município.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEDRAS ALTAS – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, apresenta para apreciação e votação do Plenário a seguinte emenda a Lei Orgânica:

Art. 1º. O artigo 20 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. A convocação extraordinária da Câmara de Vereadores far-se-á pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara de Vereadores ou a requerimento da maioria dos membros da Câmara, em todas as hipóteses sendo necessária a aprovação da maioria absoluta da Câmara de Vereadores.

§ 1º. A Câmara de Vereadores só poderá ser convocada para reuniões extraordinárias no período de recesso.

§ 2º. No período de funcionamento normal da Câmara de Vereadores é facultado ao Prefeito solicitar ao Presidente do Poder Legislativo Municipal a convocação dos Vereadores para sessões extraordinárias em caso de relevante interesse público.

§ 3º. Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 4º. Para as reuniões e sessões extraordinárias, a convocação dos vereadores deverá ser pessoal e expressa.”



Art. 2º. Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 1º de agosto de 2006 - Mario Teixeira de Mello, Presidente - Henrique Hessel Bueno, Vice-Presidente - Amarildo de Oliveira Borges, 2º Secretário.

### **EMENDA DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 004/2007**

#### **Altera o Art. 45 da Lei Orgânica**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEDRAS ALTAS – RS**, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. O artigo 45 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. As Comissões Permanentes serão em número de seis:

I – Comissão de Constituição e Justiça;

II – Comissão de Finanças e Orçamento;

III – Comissão de Educação, Cultura e Desporto;

IV – Comissão de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente;

V- Comissão de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico; e

VI – Comissão de Direitos Humanos.”

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 18 de junho de 2007–Santos Eden Feijó Pinto, Presidente –Santo Gerônimo Soares Deoscar, Vice-Presidente –Orelino Fagundes dos Santos, Secretário.

### **EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 005/2007**

#### **Altera os artigos 107 e 117 da Lei Orgânica**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEDRAS ALTAS – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, promulga a presente emenda ao texto da Lei Orgânica do Município:

Artigo 1º. - O artigo 107 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 107. Os projetos de lei previstos no caput do artigo anterior, serão enviados, pelo Prefeito à Câmara de Vereadores, nos seguintes prazos, salvo se Lei Federal dispuser diferente:

I – Projetos do Plano Plurianual, que abrangerá quatro exercícios até o dia 15 de julho do primeiro ano do mandato do Prefeito;

II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, anualmente, até o dia 31 de agosto;

III – Projeto de Lei Orçamentária anual, até o dia 15 de outubro.”

Artigo 2º. - O artigo 117 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 117. Os projetos de lei de que trata o artigo 106 desta Lei, após apreciação do Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos:

I – Projeto do Plano Plurianual até o dia 15 de agosto;

II – Projeto de Diretrizes Orçamentária até o dia 30 de setembro;

III – Projeto de Orçamento anual até o dia 30 de novembro.

Parágrafo Único – .....”

Art. 3º. Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 15 de junho de 2007 – Santos Eden Feijó Pinto, Presidente – Santo Gerônimo Soares Deoscar, Vice-Presidente – Orelino Fagundes dos Santos, 1º Secretário.

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2015**

**Altera a redação do inciso II do artigo 129,  
da Lei Orgânica do Município.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e sancionou a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art 1º O inciso II, do artigo 129 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a ter a seguinte redação:

“Art. 129. A alienação de bens municipais subordinada à existência de interesse público devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – (...)

II – quando bens móveis inservíveis para a Administração ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, através da concorrência pública, na modalidade Leilão.

III – Nos casos de doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação socioeconômica, havendo interesse público relevante e justificado pelo Executivo, precedida de Autorização Legislativa.

Art 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 04 de maio de 2015, Fabio Luiz Martins de Tunes, Prefeito Municipal

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 06 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.**

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pedras Altas – RS,**  
no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a constituição Federal do Brasil, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - Modifica a redação do art. 9º da Lei Orgânica do Município:

“ Art. 9º. Ao Município compete privativamente:

Art. 9º Ao Município compete privativamente:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III – elaborar o orçamento anual, as diretrizes orçamentárias e o plurianual, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

IV – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízos da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes, nos prazos fixados em lei;

V – organizar e prestar prioritariamente, por administração direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, bem como serviços de taxi e demais formas de transporte público individual;

VI – organizar o quadro de cargos, suas atribuições e remunerações, e estabelecer o Regime Jurídico Único de seus servidores;

VII – administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados, heranças e dispor de sua aplicação;

VIII – desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei;

IX - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamento, de zoneamento, bem como diretrizes urbanísticas convenientes:

a) à ocupação e ordenação de seu território;

b) à acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência ou de pessoas com mobilidade reduzida;

c) às ciclovias e demais alternativas de transporte público.

X – estabelecer normas e controle de ruídos, da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas;

XI – participar de entidades que congreguem outros municípios integrados a mesma região, na forma estabelecida em lei;

XII – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, do perímetros urbano;

XIII – licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, cassar os alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança e aos bons costumes;

XIV – fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e outros;

XV – legislar sobre o serviço funerário e cemitério, fiscalizando os que pertencem a entidades particulares;

XVI – realizar ações e prestar serviços públicos de saúde que visem à redução de risco de doença e atendam emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante parcerias com instituições especializadas, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

XVII – interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridades e fazer demolição de construções que ameacem a segurança coletiva;

XVIII – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XIX – fiscalizar e julgar as infrações de trânsito de sua competência;

XX – promover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXI – regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda em locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXII – legislar sobre serviços públicos e regulamentar processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz, energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;

XXIII – legislar sobre apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis de demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;

XXIV – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXV – proibir qualquer tipo de construção clandestina em áreas delimitadas como de interesse público;

XXVI – o Município tem direito à participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fim de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais do seu território;

XXVII – compete ao Município, através de lei, disciplinar os serviços de carga e descarga, fixar a tonelagem e a velocidade máxima permitida a veículos que circulem em suas vias públicas municipais;

XXVIII – fornecer e gerir a educação infantil e o ensino fundamental visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

XXIX – prestar assistência social a quem dela necessitar, visando:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

XXX – desenvolver ações e atividades que fomentem a cultura e a tradição, visando, quanto aos bens culturais:

- a) a sua defesa e valorização;
- b) a sua difusão;
- c) a sua democratização de acesso;
- d) valorização da diversidade étnica e local;

XXXI – desenvolver planos de integração e ações que fomentem a prática desportiva formal e não-formal;

XXXII – desenvolver ações de proteção e de preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, inclusive junto às escolas e demais meios de formação de cultura;

XXXIII – promover programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

XXXIV – Criar programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.”

Art. 2º - Altera o art. 10º da Lei Orgânica do Município, conforme segue:

“Art. 10º O Município, para o atendimento de suas competências constitucionais, em especial as descritas no art. 9º desta Lei Orgânica, poderá realizar convênio com órgãos públicos e termo de parceria com organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para execução de interesse público recíproco.”

Art. 3º - Atribui, ao art. 17 da Lei Orgânica do Município, a seguinte redação:

“Art. 17. A Câmara Municipal reunir-se-á, independentemente de convocação, em 01 de fevereiro de cada ano, funcionando ordinariamente até 21 de dezembro.

§ 1º. O dia e a hora da sessão plenária ordinária semanal serão definidos no Regimento Interno da Câmara.

§ 2º. Cada Legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão Legislativa.

§ 3º. Nos demais meses, a Câmara de Vereadores ficará em recesso;

§ 4º. Durante o período legislativo ordinário, a Câmara realizará, no mínimo, uma sessão por semana, até o máximo de quatro sessões ordinárias mensais.”

Art. 4º - Altera o art. 18 da Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos:

“Art. 18. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara reúne-se no dia 1º de janeiro, às 18:00 horas, para dar posse aos Vereadores, Prefeito e ao Vice-Prefeito, bem como eleger sua Mesa, e definir a composição da Comissão representativa e das Comissões Permanentes, entrando após, em recesso.

§ 1º. No término da segunda sessão legislativa anual será eleita a mesa diretora para o biênio subsequente, observada as regras definidas no Regimento Interno da Câmara.

§ 2º. Em cada dois anos, a eleição da Mesa, se for o caso, e da Comissão representativa, se dará na última sessão legislativa ordinária, se dando a transmissão de cargo no primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente.”

Art. 5º - O art. 20 da Lei Orgânica do Município é modificado conforme segue:

“Art. 20. A convocação de sessão legislativa extraordinária da Câmara, durante o recesso parlamentar, nos termos previstos no seu Regimento Interno, caberá:

I - ao Presidente;

II – a um terço de seus membros;

III - à Comissão Representativa;

IV - ao Prefeito.

§ 1º Nas sessões legislativas extraordinárias a Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria da convocação.

§ 2º A sessão legislativa extraordinária, bem como suas sessões plenárias, deverá ser convocada, por escrito, com 48 horas de antecedência.

§ 3º. No período de funcionamento normal da Câmara de Vereadores é facultado ao Prefeito solicitar ao Presidente do Poder Legislativo Municipal a convocação dos Vereadores para sessões extraordinárias em caso de relevante interesse público.”

Art. 6º O texto do art. 21 da Lei Orgânica do Município passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 21. A Câmara Municipal deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica e no regimento Interno.

Parágrafo Único - Quando se tratar de deliberação de proposta de emenda à lei orgânica municipal e de julgamento das contas de governo do prefeito, nos termos previstos no art. 31 da Constituição Federal, a Câmara deliberará com a presença de dois terços de seus membros.”

Art. 7º - Dá nova redação ao artigo 22 da Lei Orgânica Municipal:

“Art. 22 - O Presidente da Câmara votará:

§ 1º – para desempatar, em matérias que exijam a maioria de votos dos vereadores presentes na sessão plenária;

§ 2º – quando se tratar de matéria que exija aprovação pelo voto de dois terços de vereadores;

§ 3º – para eleição da mesa diretora.”

Art. 8º Altera a redação do art. 23 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 23. As sessões plenárias e reuniões de comissão serão públicas e as deliberações da Câmara serão por votação aberta.”

Art. 9º Fica suprimido o Parágrafo único do Artigo 24 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 10º A redação do art. 25 da Lei Orgânica do Município é modificado nos termos que seguem:

“Art. 25. As contas de governo do prefeito serão anualmente prestadas e julgadas pela Câmara Municipal, em atendimento ao que prevê o art. 31 da Constituição Federal.

§ 1º O regimento interno da Câmara determinará as regras para o julgamento das contas de que trata este artigo, assegurando, ao ordenador de despesas responsável pelas contas, o direito do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º Durante o julgamento, as contas ficarão disponíveis para consulta pública, na Câmara Municipal, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.

§ 3º O julgamento das contas de governo deliberará o respectivo parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, que só deixará de prevalecer pelo voto de dois terços de vereadores.”

Art. 11º Dá nova redação ao art. 26 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 26. A Câmara Municipal, no exercício de sua função fiscalizadora e de controle externo do Poder Executivo, poderá:

I – formular pedido de informação ao Prefeito sobre fato determinado relacionado com a administração pública municipal;

II – convocar, por suas comissões, convocação de secretário municipal ou de autoridade vinculada ao Prefeito, para pessoalmente prestar esclarecimento sobre fato determinado e previamente indicado;

III – sustar atos do Poder Executivo que exorbitem os limites da delegação legislativa ou do poder regulamentar;

IV – criar comissão parlamentar e inquérito.

§ 1º O pedido de informação referido no § 1º deste artigo deverá ser respondido pelo Prefeito à Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, sendo vedada a sua negativa ou a prestação de informação falsa.

§ 2º O regimento Interno da Câmara disporá sobre a tramitação e deliberação dos instrumentos de fiscalização parlamentar previstos nos incisos deste artigo.

§ 3º Independente da convocação, as autoridades referidas no presente artigo, se desejarem, poderão prestar esclarecimentos à Câmara de Vereadores ou a Comissão Representativa, solicitando que lhe seja designado dia e hora para a audiência requerida.”

Art. 12. Estabelece, ao art. 37 da Lei Orgânica do Município, nova redação, conforme segue:

“Art. 37. Cabe à Câmara Municipal, na condição de Poder Legislativo:

I - legislar, mediante o devido processo legislativo, de forma transparente e participativa, sobre assuntos de interesse local ou que devam ser suplementados por lei local;

II – fiscalizar e realizar o controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, das contas do governo municipal, de suas ações e de sua efetividade social;

III – julgar as contas de governo da administração pública municipal;

IV – definir as políticas públicas a serem implementadas pelo Poder Executivo, por meio do processamento legislativo das leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do

orçamento anual e das leis que modifiquem essas normas, observado o princípio da participação popular;

V – intermediar a solução de problemas demandados pela sociedade, tanto da cidade como do campo;

VI – administrar-se institucionalmente, mediante o planejamento de suas ações e ordenação autônoma de suas despesas, observados os limites constitucionais.”

Art. 13. Modifica o art. 39 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 39. É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

I – eleger sua Mesa, compor suas Comissões, elaborar seu Regimento Interno e dispor sobre a organização da Câmara;

II – criar, alterar e extinguir os cargos e funções de seu quadro de servidores, dispor sobre o provimento dos mesmos, bem como fixar e alterar seus vencimentos e outras vantagens pecuniárias, através de resoluções;

III – emendar a Lei Orgânica;

IV – representar, pela maioria de dois terços de seus membros, para efeito de intervenção no Município;

V – fiscalizar convênios, contratos e termos de parcerias de interesse público integrados pelo município;

VI – exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e julgar, anualmente, as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;

VII – sustar atos do Poder Executivo que exorbitem de sua competência ou se mostrem contrárias aos interesses públicos;

VIII – fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;

IX – mudar temporariamente ou definitivamente sua sede;

X – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação e transformação de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observando os parâmetros legais, especialmente a Lei de Diretrizes;

XI – dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, homologar suas renúncias ou afasta-los definitivamente de seus cargos, nos limites da delegação legislativa, nos casos previstos em lei.

XII – autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se afastarem do Município por mais de 10 dias; do Estado e do País por qualquer tempo;

XIII – solicitar informações, por escrito, às repartições estaduais sediadas no Município, em conformidade com o artigo 12 da Constituição Estadual, ao Tribunal de Contas do estado, nos limites traçados no artigo 71, VII da Constituição Federal e ao Prefeito Municipal sobre projetos de lei em tramitação na Câmara de Vereadores e sobre atos, contratos, convênios e consórcios, no que diz respeito à receita e despesa pública;

XIV – deliberar sobre assuntos de sua economia interna e competência privativa;

XV – conceder licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;

XVI – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;



XVII – fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

XVIII – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIX – criar comissões especiais de inquérito;

XX – autorizar a abertura de créditos suplementares ou especiais, com curso resultante da redução parcial ou total de rubricas orçamentárias da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A solicitação das informações ao Prefeito deverá ser encaminhada pelo Presidente da Câmara, observada a devida tramitação definida no seu Regimento Interno.”

Art. 14. O texto do art. 30 da Lei Orgânica do Município é alterado, conforme segue:

“Art.30. Perderá o mandato o Vereador que:

I – incidir nas vedações previstas nas Constituições Federal e Estadual, nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara;

II – utilizar-se do mandato para pratica de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórias às instituições;

III – proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;

IV – deixar de comparecer, sem a devida justificativa, à uma sessão ordinária ou três extraordinárias em cada período legislativo.

V – na forma da lei, em sentença judicial, perder as condições legais para o exercício do cargo.

§ 1º Os casos incompatíveis com o decoro parlamentar serão definidos no Código de Ética Parlamentar.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto e maioria absoluta de Vereadores, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, sendo-lhe assegurado ampla defesa.”

Art. 15. Dá nova redação ao art. 34 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 34. O Vereador, quando em representação da Câmara ou em atendimento a missão relacionado ao exercício do mandato, fará jus a diária regulamentada e fixada em Resolução.”

Art. 16. Altera a redação art. 32 da Lei Orgânica do Município, passando a constar da seguinte forma:

“Art. 32. A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, será fixada por lei, sob a forma de subsídio, até trinta dias antes das eleições municipais.

Parágrafo único. Os subsídios de que trata este artigo serão revisados na mesma data e no mesmo índice aplicado aos servidores municipais pela revisão geral anual.”

Art. 17. O art. 45 da Lei Orgânica do Município é modificado nos seguintes termos:

“Art. 45. As Comissões Permanentes atuarão na instrução das matérias em tramitação na Câmara Municipal, observada a respectiva competência temática, tendo como referência, para seu funcionamento e atuação, o Regimento Interno.”

Art. 18. O art. 46 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o seguinte texto:

“Art. 46. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I – emenda à Lei Orgânica;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – decretos legislativos;

V – resoluções.

Parágrafo único. A consolidação das leis municipais será realizada de acordo com os parâmetros fixados na Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, com suas subseqüentes alterações.”

Art. 19. Dá nova redação ao art. 48 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 48. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de um terço de vereadores ou do prefeito.

Parágrafo único. A proposta de emenda à lei orgânica municipal observará, quanto à sua tramitação, o rito especial previsto no Regimento Interno da Câmara, considerando:

I - deliberação em duas sessões plenárias;

II - intervalo mínimo de dez dias;

III - aprovação de dois terços dos vereadores.”

Art. 20. Modifica a redação do art. 58 da Lei Orgânica do Município, conforme segue:

“Art. 58. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito no segundo dia útil seguinte à aprovação que, aquiescendo, os sancionará.

§ 1º Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados daquele em que o receber, comunicando, por escrito, os motivos do veto ao Presidente da Câmara de Vereadores, dentro de quarenta e oito horas.

§ 2º Vetado o projeto e devolvido à Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento com ou sem parecer, em discussão única, considerando-se aprovado se, em votação aberta, obtiver voto favorável da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, cabendo ao Prefeito, promulgar e publicar como lei, nos termos do § 6º deste artigo, os dispositivos não vetados.

§ 4º O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgá-lo.

§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo de que trata o parágrafo segundo, objeto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até votação final.

§ 6º Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara promulgará em igual prazo, com encaminhamento do projeto ao Prefeito, para publicação.”

Art. 21. O art. 58 da Lei Orgânica do Município é alterado nos seguintes termos:

“Art. 58. São leis complementares as que tratem das seguintes matérias:

I - ordenamento, uso e ocupação do solo;

II – posturas públicas;

III - tributos;

IV - plano diretor e mobilidade urbana;

V – meio-ambiente;

VI - estatuto do funcionário público;

§ 1º Os projetos de lei complementar referentes neste artigo, após a ampla divulgação de seu conteúdo e de sua justificativa, inclusive por meios eletrônicos, com a instrução prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal, serão aprovados pela maioria absoluta dos votos dos vereadores, não se admitindo regime de urgência.

§ 2º Durante a instrução dos projetos de lei complementar referidos neste artigo a Câmara Municipal abrirá consulta pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para exame e recebimento de sugestões pela comunidade.”

Art. 22. Atribui nova redação ao art. 60 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 60. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito para um período subsequente.

Parágrafo único. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito será realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder.”

Art. 23. O art. 62 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o seguinte texto:

“Art. 62. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão de instalação da Câmara Municipal, após a posse dos Vereadores e prestarão compromisso de manter, defender, cumprir a Constituição Federal, Estadual, esta Lei Orgânica e demais leis do País.

§ 1º O Prefeito, no ato da posse, prestará o seguinte compromisso “**PROMETO CUMPRIR, MANTER E DEFENDER AS CONSTITUIÇÕES, A LEI ORGÂNICA E AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB AS INSPIRAÇÕES DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA**”.

§ 2º Se o Prefeito e o Vice-Prefeito não tomarem posse decorridos 15 (quinze) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, o cargo será declarado vago.”

Art. 24. Altera o art. 62 da Lei Orgânica do Município, que passa a constar da seguinte forma:

“Art. 62. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos ou ausências e suceder-lhe-á no caso de vaga.

§ 1º Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Executivo, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º Não sendo possível o exercício da chefia do Poder Executivo pelo Presidente da Câmara Municipal, o Prefeito deverá indicar um servidor do primeiro escalão de governo para exercer a chefia administrativa e funcional da administração pública local, sem representação política de Poder, com comunicação imediata à Câmara Municipal.”

Art. 25. Atribui novo texto ao art. 63 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 63. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-ão eleições 90 (noventa) dias depois da abertura da última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância após cumpridos três quartos do mandato do Prefeito, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vacância pela Câmara Municipal de Vereadores.

§2º Poderão concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito os vereadores indicados pelos respectivos representantes da Câmara.

§ 3º O Prefeito e o Vice-Prefeito receberão subsídios mensais, com valor fixado pela Câmara Municipal, mediante lei, em um mandato para o mandato subsequente, com atualização monetária anual, de acordo com o índice da revisão geral do servidor público.”

Art. 26. O texto do art. 64 da Lei Orgânica do Município é modificado nos seguintes termos:

“Art. 64. Compete privativamente ao Prefeito:

I – representar o Município em juízo ou fora dele;

II – nomear ou exonerar os titulares dos cargos em funções do Executivo, bem como, na forma da lei, nomear os diretores de autarquias e dirigentes das instituições das quais o Município participe;

III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei orgânica;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir regulamentos para a fiel execução das mesmas;

V – vetar projetos de lei ou emendas aprovadas, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VII – decretar a utilidade ou necessidade pública, ou o interesse social, de bens para fins de desapropriação ou servidão administrativa;

VIII – expedir todos os atos próprios da atividade administrativa;

IX – contratar a prestação de serviços de obras e compras, observando a legislação federal e estadual;

X – planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;

XI – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XII – encaminhar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Lei;

XIII – realizar a prestação anual das contas de governo, disponibilizando ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, na forma da respectiva regulamentação, os respectivos dados, documentos e processos;

XIV - prestar a Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo;

XV – colocar a disposição da Câmara Municipal, até o dia vinte (20) de cada mês a parcela correspondente a um doze avos de sua dotação orçamentária;

XVI – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhes forem dirigidas em matéria de competência do Executivo Municipal;

XVII – oficializar e sinalizar, obedecidas as normas urbanísticas, aplicáveis as vias e aos logradouros públicos;

XVIII – aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos, obedecendo as diretrizes do Conselho do Plano Diretor;

XIX – solicitar auxílio da polícia estadual para a garantia do cumprimento de seus atos;

XX – administrar os bens e rendas do Município, promovendo o lançamento, a fiscalização e arrecadação de tributos;

XXI – promover o ensino público;

XXII – propor a divisão administrativa do Município de acordo com a lei;

XXIII – decretar a situação de emergência ou estado de calamidade pública;

XXIV – propor ao Poder Legislativo o arrendamento, aforamento, doação ou a alienação de bens municipais, bem como a aquisição de outros;

XXV – revogar atos administrativos por razões de interesse público e anulá-los por vício de ilegalidade, observado o devido processo legal;

XXVI – disponibilizar e divulgar para acesso público, inclusive por meios eletrônicos, na forma e no prazo definidos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, os dados e as informações da administração pública municipal;

XXVII – elaborar e divulgar os relatórios e as leis que se relacionam com o quadro fiscal do Município, na forma e nos prazos definidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a alteração feita pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009;

XXVIII – formalizar termo de parceria com organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para atendimento de interesse público, observado, para cada caso, o que determina a legislação federal;

XXIX – formalizar convênios com órgãos federais ou estaduais para a atendimento de interesse público do Município.”

Art. 27. Dá nova redação ao art. 69 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 69. A cassação do mandato do Prefeito, pela Câmara Municipal de Vereadores, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao rito definido na legislação federal, observado o contraditório, com a garantia do exercício da ampla defesa.”

Art. 28. O art. 98 da Lei Orgânica do Município é modificado e passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 98. São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os secretários Municipais ou Diretores de Autarquias ou de instituições de que participe o Município;

II – os Subprefeitos.

§ 1º Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito, estando seus ocupantes, desde a posse, sujeitos as mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores no que couber.

§ 2º Os secretários municipais serão remunerados por subsídio mensal fixado pela Câmara Municipal.”

Art. 29. Modifica a redação do art. 80 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 80. O Regime Jurídico do Servidor do Município será definido por lei complementar, observados os princípios e normas da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.”

Art. 30. Atribui, ao art. 92 da Lei Orgânica do Município, nova redação:

“Art. 92. O Município manterá convênio com entidades de assistência à saúde de seus servidores e dependentes mediante contribuição nos termos da lei.

Parágrafo único. Admite-se, para o atendimento deste artigo, a contratação de plano de saúde, nos termos e na forma admitidos em lei.”

Art. 31. Dá novo texto ao art. 103 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 103. Os Conselhos Municipais são compostos por número par de membros, observando, quando for o caso, a representatividade de número par da administração, das entidades públicas, classistas e da sociedade civil organizada.

Parágrafo único. É vedada a participação de Vereador como membro de conselho municipal.”

Art. 32. O art. 120 da Lei Orgânica do Município é alterado, nos termos que seguem:

“Art. 120. A publicidade das leis e atos administrativos municipais será realizada por afixação dos textos, em local específico, na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal e por meios eletrônicos pelos respectivos sítios eletrônicos.

§ 1º O Município manterá sistema de registro de texto de que trata este artigo, observadas as regras e os parâmetros definidos pela Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 2º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem, promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

Art. 33. Altera o art. 125 da Lei Orgânica do Município, atribuindo-lhe o seguinte texto:

“Art. 125 A Prefeitura e a Câmara fornecerão certidão, no âmbito de sua competência, a qualquer interessado, no prazo e na forma definidos em lei federal, sob pena de responsabilidade da autoridade ou do servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo único. As certidões relativas ao Poder executivo serão fornecidas por Secretário Municipal, no âmbito de sua respectiva pasta administrativa, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.”

Art. 34. O art. 128 da Lei Orgânica do Município é alterado nos seguintes termos:

“Art. 128. A autoridade administrativa que responda pela direção de órgão público municipal deve abrir inquérito administrativo e representar ao Ministério Público, se for o caso, quando houver denúncia contra o extravio ou dano de bens municipais.”

Art. 35. Altera a redação do art. 134 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 134. São tributos de competência municipal:

I – impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;

b) transmissão intervivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

c) quando couber os serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado, e definidos na Lei Complementar Federal prevista no art. 146 da Constituição federal.

II – taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do poder de polícia, pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à disposição pelo Município;

III – a contribuição de melhorias poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total, a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo do valor que resultar da obra para cada imóvel beneficiado;

IV – a contribuição de melhoria, na forma da lei.

§ 1º O imposto previsto no inciso I, alínea “a”, poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

§ 2º O imposto previsto no inciso I, alínea “b”, não incide sobre a transmissão de bens ou direito incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil nos processos de usucapião.

§ 3º A legislação determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos no inciso I, alínea “c”.

Art. 36. Altera o art. 109 na Lei Orgânica do Município, com a seguinte redação:

“Art. 109. Os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos que modifiquem essas matérias, serão instruídos pela comissão da Câmara com atuação na área de orçamento, a qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Poder Legislativo, permanentes ou temporárias.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão de que trata este artigo, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de que trata este artigo, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste artigo e nas normas relativas ao processo legislativo especial previsto no Regimento Interno do Poder Legislativo, as demais normas previstas para o processo legislativo comum.

§ 7º Na elaboração e discussão dos projetos de leis de orçamentos deve ser observadas as normas relativas às finanças públicas e gestão fiscal instituídas por leis complementares federais.

§ 8º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 9º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 8º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 10. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 8º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 11. As programações orçamentárias previstas no § 8º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§ 12. Quando o Município for o destinatário de transferências obrigatórias da União, para a execução de programação de emendas parlamentares, estas não integrarão a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o **caput** do art. 169 da Constituição Federal.



§ 13. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 10 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Poder Legislativo não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 14. Após o prazo previsto no inciso IV do § 13, as programações orçamentárias previstas no § 10 não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 13.

§ 15. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 10 deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 16. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 10 deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 17. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.”

Art. 37. O art. 142 da Lei Orgânica do Município é alterado nos seguintes termos:

“Art. 142. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara de Vereadores, mediante controle externo, e pelo sistema de controle de cada um dos poderes.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio de Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º O julgamento de contas do Prefeito, referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara, após o recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual somente deixará de prevalecer por decisões de dois terços dos membros da Câmara.

§ 3º O processo de julgamento das contas de governo do Prefeito, nos termos deste artigo, será formalizado na Câmara Municipal, nos termos previstos em seu Regimento Interno, assegurados a ampla defesa e o contraditório.”

Art. 38. O art. 153 da Lei Orgânica do Município é alterado nos seguintes termos:

“Art. 153. A educação, direito de todos, é um dever do Estado, da família e da sociedade. Deve ser baseado nos princípios da democracia e da justiça social, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e pautada no trabalho como fundamento da existência social, dignidade e bem-estar universal, tem por fins:

I – o exercício de uma cidadania comprometida com a transformação social, livre de qualquer preconceito e discriminação, contrária a todas as formas de exploração, opressão e desrespeito aos outros homens, à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade.

II – o preparo do cidadão para a compreensão, reflexão e crítica da realidade social, tendo o trabalho como princípio educativo, mediante acesso à cultura, aos conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos historicamente acumulados.

§ 1º O Município atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 2º É dever do Município oferecer condições para o recenseamento dos educandos para o ensino fundamental, zelando junto dos pais ou responsáveis, pela frequência regular à escola.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.”

Art. 39. Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entra em vigor na data da sua publicação.

Art.40. Ficam revogados os seguintes artigos da Lei Orgânica do Município:

I – art. 49;

II – art. 118;

Câmara Municipal de Pedras Altas, em 28 de dezembro de 2016, Mario Teixeira de Mello, Presidente - Lucélia Boetge, Vice-Presidente - Jonas Fagundes dos Santos, Secretário.

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 07 DE 24 DE ABRIL DE 2017.**

#### **Altera a redação do Parágrafo Único do artigo 133, da Lei Orgânica do Município.**

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pedras Altas – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a constituição Federal do Brasil, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

**Art. 1º** O Parágrafo único do artigo 133 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único – A concessão Administrativa de bens públicos de uso somente poderá ser outorgada para finalidade escolar, assistência social, turística, agrícola, cultural, meio ambiente, segurança pública e incentivo econômico, mediante autorização legislativa.

**Art. 2º** Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Pedras Altas, em 24 de abril de 2017, Mario Teixeira de Mello, Presidente - José Volnei da Silva Oliveira, Vice-Presidente - Marco Antônio Machado Costa, Secretário.

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 08 DE 22 DE MAIO DE 2017.**

**Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pedras Altas – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a constituição Federal do Brasil, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. O artigo 57 passará a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 57. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito no segundo dia útil seguinte à aprovação que, aquiescendo, os sancionará.

§ 1º Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total o parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados daquele em que o receber, comunicando, por escrito, os motivos do veto ao Presidente da Câmara de Vereadores, dentro de quarenta e oito horas.

§ 2º Vetado o projeto e devolvido à Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento com ou sem parecer, em discussão única, considerando-se aprovado se, em votação aberta, obtiver voto favorável da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, cabendo ao Prefeito, promulgar e publicar como lei, nos termos do § 6º deste artigo, os dispositivos não vetados.

§ 4º O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgá-lo.

§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo de que trata o parágrafo segundo, objeto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até votação final.

§ 6º Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara promulgará em igual prazo, com encaminhamento do projeto ao Prefeito, para publicação.”

Art. 2º. Revoga a redação do artigo 58 incluída pelo artigo 20 da Emenda à Lei Orgânica nº 06/2016, sendo mantida a redação incluída pelo art. 21 da mesma emenda.

Art. 3º. Altera a redação do Artigo 61 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 61. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão de instalação da Câmara Municipal, após a posse dos Vereadores e prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, Estadual, esta Lei Orgânica e demais leis do País.

§ 1º O Prefeito, no ato da posse, prestará o seguinte compromisso “PROMETO CUMPRIR, MANTER E DEFENDER AS CONSTITUIÇÕES, A LEI ORGÂNICA E AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB AS INSPIRAÇÕES DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA”.

§ 2º Se o Prefeito e o Vice-Prefeito não tomarem posse decorridos 15 (quinze) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, o cargo será declarado vago.

Art. 4º. Revoga a redação do artigo 62 acrescentada pelo artigo 23 da Emenda à Lei Orgânica 06/2016, e mantém a redação incluída pelo art. 21 da referida Emenda.

Câmara Municipal de Pedras Altas, em 22 de maio de 2017, Mario Teixeira de Mello, Presidente - José Volnei da Silva Oliveira, Vice-Presidente - Marco Antônio Machado Costa, Secretário.

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 09 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pedras Altas – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a constituição Federal do Brasil, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

**Art. 1º** - O inciso IV do artigo 30 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.30. Perderá o mandato o Vereador que:

...

**IV– deixar de comparecer, sem a devida justificativa, à três sessões ordinárias consecutivas, cinco sessões durante o ano ou três extraordinárias em cada período legislativo.”**

**Art. 2º** - Esta emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pedras Altas, em 18 de setembro de 2017, Mario Teixeira de Mello, Presidente - José Volnei da Silva Oliveira, Vice-Presidente - Marco Antônio Machado Costa, Secretário.

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 10 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018**

**Altera a redação do “caput” do artigo  
, da Lei Orgânica do Município**

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pedras Altas – RS**, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Constituição Federal do Brasil, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

**Art. 1º** Altera o “caput” do artigo 120 da Lei Orgânica do Município de Pedras Altas que passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 120 A publicidade das leis municipais e atos administrativos do Poder Executivo serão realizados por afixação dos textos, em local específico, na sede da Prefeitura Municipal e por meios eletrônicos em seu sítio eletrônico e, a publicidade dos atos administrativos do Poder Legislativo, será realizada por afixação dos textos, em lugar específico, na Câmara de Vereadores e por meios eletrônicos em seu sítio eletrônico.”*

**Art. 2º** Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pedras Altas, em 18 de setembro de 2017, Mario Teixeira de Mello, Presidente - José Volnei da Silva Oliveira, Vice-Presidente - Marco Antônio Machado Costa, Secretário.